

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto Multidisciplinar  
Departamento de História e Economia

Representação, memória e sacralidade: A atuação do  
Infante D. Pedro de Avis na sociedade tripartida  
portuguesa.

Nova Iguaçu  
Maio de 2013

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é a representação da sociedade tripartida portuguesa, a construção de uma memória da Dinastia de Avis e a sacralidade do Infante D. Pedro. A metodologia utilizada foi baseada no estudo de fontes produzidas pela Dinastia de Avis, como o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, escrito pelo Infante D. Pedro e pelo Frei João Verba, a *Crônica da Tomada de Ceuta* por Dom João I de Eannes Gomes Zurara, a *Crônica de El-Rei de D. Affonso V* de Ruy de Pina. A discussão teórica foi a produção de uma memória através das narrativas, associada a análise das estruturas e a noção de indivíduo “globalizante” de Jacques Le Goff.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto Multidisciplinar  
Departamento de História e Economia

Representação, memória e sacralidade: A atuação do  
Infante D. Pedro de Avis na sociedade tripartida  
portuguesa.

Monografia apresentada ao curso de História  
como requisito parcial para a obtenção do  
Título de Licenciado em História, do Instituto  
Multidisciplinar da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro.

Professor Orientador: Marcelo Santiago Berriel

Nova Iguaçu  
Maio de 2013

Amanda Lopes Blanco

Representação, memória e sacralidade: A atuação do  
Infante D. Pedro de Avis na sociedade tripartida  
portuguesa.

Monografia apresentada ao curso de História  
como requisito parcial para a obtenção do  
Título de Licenciado em História, do Instituto  
Multidisciplinar da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel - UFRRJ

---

Prof. Dr. José Costa D'Assunção Barros - UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Alvitos Pereira – UFRRJ

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado coragem para começar a jornada, e por ter me dado força para continuar mesmo nos momentos de aflição.

Ao meu orientador, Marcelo Santiago Berriel pela ajuda ao longo do processo do trabalho e pelo incentivo.

A professora Miriam Cabral Coser, por ter me ajudado no início deste trabalho e na procura das fontes.

Aos meus professores, por toda informação e conhecimentos transmitidos ao longo da graduação.

A minha família amada, pelo constante apoio, dedicação e incentivo nos meus momentos de estudo e em toda a minha vida.

Aos amigos queridos que sempre me apoiaram no curso da minha história.

*Mas cada ciência tem a estética própria da sua linguagem. Os factos humanos são, por essência, fenômenos delicadíssimos, muitos dos quais escapam à medida matemática. Marc Bloch, s/d.*

*Trinta, quarenta gerações sucessivas imaginaram a perfeição social sob a forma da trifuncionalidade. Esta representação mental resistiu a todas as pressões da história. É uma estrutura. Georges Duby, 1982.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I.....	11
<b>1- As três ordens medievais e a perspectiva do Infante D. Pedro sobre a trifuncionalidade.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1- As três ordens medievais segundo a lógica de Georges Duby .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2- A Dinastia de Avis .....</b>	<b>13</b>
<b>1.4 - As três ordens medievais na Dinastia de Avis .....</b>	<b>17</b>
CAPÍTULO II.....	21
<b>2- Oratores.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1- O Clero medieval Português.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2- A relação do Infante D. Pedro com o Clero segundo a Chronica de El-Rei D. Affonso V e o Livro da Virtuosa Benfeitoria .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Análise do clero através do Infante D. Pedro.....</b>	<b>28</b>
CAPÍTULO III .....	31
<b>3- Bellatores.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1- O Monarca .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2- Os cavaleiros .....</b>	<b>34</b>
<b>3.3- A Nobreza Medieval Portuguesa .....</b>	<b>36</b>
<b>3.4- O Infante D. Pedro e a nobreza segundo a Chronica de El-Rei D. Affonso V.....</b>	<b>38</b>
<b>3.5- O Livro da Virtuosa Benfeitoria, o Infante D. Pedro e a Nobreza .....</b>	<b>41</b>
<b>3.6- A relação do Infante D Pedro com os cavaleiros segundo a crônica de Ruy de Pina, o livro da virtuosa benfeitoria e a crônica da tomada de Ceuta.....</b>	<b>42</b>
<b>3.7- Análise da nobreza portuguesa através da perspectiva global do Infante.....</b>	<b>43</b>
CAPÍTULO IV .....	45
<b>4- Laboratores.....</b>	<b>45</b>
<b>4.1- O Terceiro Estado Medieval Português .....</b>	<b>46</b>
<b>4.2- O Terceiro Estado e o Infante na Crônica de Ruy de Pina e na Virtuosa Benfeitoria .....</b>	<b>48</b>
<b>4.3 -Análise do Terceiro Estado através do Infante .....</b>	<b>49</b>
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS .....	53
<b>Fontes: .....</b>	<b>53</b>
<b>Bibliografia: .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho visa a representação, memória e a sacralidade utilizando a trajetória do Infante D. Pedro da Dinastia de Avis, que era filho de D. João I, o Mestre de Avis, no período de sua regência em Portugal. Através do Infante é possível reproduzir as leituras, pensamentos e os temores da sociedade medieval portuguesa, utilizando o “sujeito globalizante” de Jacques Le Goff. Com as fontes, é possível representar essa sociedade portuguesa, construir uma memória da Dinastia de Avis e a sacralidade do Infante.

O trabalho tem como objetivos: Mostrar a interdependência do Clero, Nobreza e Terceiro Estado no estudo do período em questão; analisar a atitude do Infante D. Pedro utilizando de justificativas divinas para obter favores de seus súditos; explorar diferentes perspectivas do Clero, Nobreza e Terceiro Estado para construção do perfil político do Infante D. Pedro.

A proposta do trabalho visa à apresentação da nobreza que atuava em conjunto com o Regente, além de expor seu poder político, militar e econômico. No caso do Clero, o parecer é a relação do Infante com a religiosidade, o Clero é hierarquicamente hegemônico entre as três ordens, porém gradativamente vai ocorrer uma quebra desse monopólio. Com o Terceiro Estado, a relação é de trocas de favores, como também laços de rivalidades e solidariedades.

O quadro teórico corresponde à produção de memória e a ideia de “indivíduo globalizante”. Segundo Jacques Le Goff em *História e Memória*, existem pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A história da memória coletiva refere-se à narração de acontecimentos, tal questão recebeu muitas críticas devido à superficialidade dos fatos e a falta de ciência histórica. Seus críticos defendiam uma análise das estruturas, baseado nesse aspecto, o presente trabalho está voltado para as estruturas, questões sociais e relações de poder, porém, sem desmerecer a narração dos fatos.

Esse debate entre os teóricos gerou uma divisão entre a narrativa e a estrutura. Peter Burke em *História dos acontecimentos e o Renascimento da narrativa* vai procurar integrar os dois modelos, além de falar do renascimento da narrativa, ele cita Ricoeur quando esse “prossegue declarando que toda a história “estrutural” associada a Braudel, necessariamente assume algum tipo de narrativa”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 328

Peter Burke vai falar que o retorno da narrativa é devido ao modo “reducionista e determinista”<sup>2</sup> do modelo estrutural. Segundo ele, baseando-se em diversos autores, como Lawrence Stone, a estrutura é estática e não-histórica.<sup>3</sup> Mark Phillips diz que é possível com os dois modelos alcançar uma síntese.<sup>4</sup>

Sobre a história de narração dos fatos, Peter Burke e Jacques Le Goff chegaram à conclusão que para se escrever uma história científica, faz-se necessário uma narrativa, pois a história científica complementa a memória. O trabalho é fundamentado nessa junção da narrativa com a história científica. As crônicas narram a atuação do Infante D. Pedro, com isso ocorre uma produção de memória da Dinastia de Avis, analisando concomitantemente a estrutura daquela sociedade, além de estudar a devoção do Infante com as coisas sagradas e divinas.

A segunda questão refere-se ao “indivíduo globalizante” adotado por Jacques Le Goff no livro *São Luís- Biografia*. O autor articulou o personagem São Luís à conjuntura de seu tempo, para ele a melhor forma de entender as nuances e as trocas culturais entre local e global, indivíduo e sociedade, micro e macrosocial, talvez seja a de abordar a biografia como um “sujeito globalizante”. “São Luís participa simultaneamente do econômico, do social, do político, do religioso, do cultural; age em todos esses domínios (...)”<sup>5</sup>.

O estudo de “trajetórias” de indivíduos, respeitando as representações e estruturas (sociais, políticas, religiosas, econômicas), atrairia o historiador e seus leitores a reconstruir uma narrativa biográfica através da criatividade e sensibilidade, de modo que se obtenha uma compreensão mais verdadeira do biografado, como também das relações e tensões inerentes do personagem com a realidade da época. “São Luís (...). Constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, de hesitações, de escolhas”.<sup>6</sup> O autor ainda diz que: “É no cotidiano do exercício de sua função real e na construção, secreta, inconsciente e incerta, de sua santidade que a existência de São Luís se torna uma vida cuja biografia pode tentar ser relatada”.<sup>7</sup>

O trabalho é baseado nessa teoria e o “indivíduo globalizante” é o infante D. Pedro, onde existe uma ligação do indivíduo com as estruturas de sua época, no caso, as três ordens medievais, através da relação horizontal e vertical do Infante com os membros de cada ordem,

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 331.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 334.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. São Luís – Rio de Janeiro: Record, 1999

<sup>6</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 24.

é possível tentar reconstruir e representar a sociedade portuguesa, no período em que o Infante foi regente.

O estudo será baseado prioritariamente em tratados e crônicas com a intenção de apresentar um balanço geral do que já foi produzido sobre o tema. *A Crônica da Tomada de Ceuta por Dom João I* de Eannes Gomes Zurara escrita em 1453; a *Crônica de El-Rei de D. Affonso V* de Ruy de Pina cuja primeira edição foi em 1790, sendo que a edição utilizada no artigo foi de 1901 e o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* escrita pelo Infante D. Pedro e por seu confessor Frei João Verba, cuja redação é concluída em 1418. As crônicas produzidas pela Dinastia de Avis procuram afirmar e estabelecer a soberania do Rei. A preocupação com a memória de um reino português começa a mobilizar os príncipes da dinastia e pela primeira vez em Portugal, são contratados cronistas para contar a história de seus Reis.

O capítulo I define de forma sucinta, algumas características da ideologia das três ordens medievais, em seguida, resume a ascensão da dinastia de Avis no poder, faz uma breve biografia do Infante D. Pedro, personagem que é o objeto do estudo, por fim, analisa a obra escrita pelo Infante com o objetivo de procurar características da sociedade que possui a divisão tripartida. O intuito é observar como D. Pedro apropriou-se dessa ideologia para escrever seu livro.

O capítulo II trata da ordem do corpo clerical e a origem do clero medieval português. Depois são analisadas duas fontes, com o objetivo de observar a atuação do clero no período do Infante D. Pedro, através disso, é possível reconstituir o corpo clerical português da época da Dinastia de Avis e suas redes de relações pessoais.

O capítulo III trata da nobreza, com uma síntese sobre a atuação da nobreza, atuação do Rei e atuação dos cavaleiros na Idade Média. Em seguida, aborda o início da nobreza medieval portuguesa. As fontes analisadas tem o objetivo de apresentar a atuação da nobreza na época do infante D. Pedro.

O capítulo IV dá destaque ao terceiro estado na idade média, a formação dos *laboratores* portugueses. A seguir, é feita a análise de fontes observando a atuação do terceiro estado no período do Infante. Após a análise, é a vez da reconstituição do terceiro estado e suas relações.

Na conclusão, o Infante é analisado dentro da estrutura tripartida, baseando-se nas rupturas e continuidades da sociedade medieval, além de abordar as atitudes do Infante como forma de representação da sociedade portuguesa e da dinastia de Avis da época. E faz um panorama geral do trabalho.

## CAPÍTULO I

### 1- As três ordens medievais e a perspectiva do Infante D. Pedro sobre a trifuncionalidade

Neste capítulo será abordada, de uma maneira geral, a origem da trifuncionalidade, segundo Georges Duby, e algumas características gerais que fazem parte das três ordens. É importante ressaltar que a sociedade medieval é complexa e mutável em todos os períodos, isso significa a existência de características diferentes nos países Ibéricos ou na França medieval, por exemplo.

Depois, de forma resumida será abordada a ascensão da dinastia de Avis ao trono português e algumas mudanças significativas proporcionadas ao reino de Portugal.

Em seguida será apresentada, uma pequena biografia do Infante D. Pedro, filho do mestre de Avis, D. João I. É importante destacar que as fontes são escassas ao abordar o período antigo e medieval, existem lacunas em grandes períodos de tempo, por essa razão o historiador trabalha com fontes heterogêneas, como por exemplo, o diálogo com a arqueologia, ou com a memorialística que trata de uma narrativa histórica como as crônicas que tratam esta pesquisa.

Muitos historiadores ao tentar preencher as lacunas da ausência de fontes, buscam trabalhar com modelos explicativos, dessa forma ocorre uma homogeneização das diferentes relações pessoais, desconsiderando suas especificidades.

Após a biografia será analisado o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, escrita pelo Infante e considerada um “espelho de príncipe”<sup>8</sup>. Haverá uma pesquisa dessa literatura onde serão detectadas características da trifuncionalidade. Deste modo, será observado como o Infante D. Pedro apropriou-se da construção ideológica das três ordens para escrever o *livro da virtuosa benfeitoria*.

#### 1.1- As três ordens medievais segundo a lógica de Georges Duby

Na idade média, na Europa centro-ocidental existia uma representação tripartida, conhecida como as três ordens: os *oratores*, os que oram, os *bellatores*, os que lutam, e os *laboratores*, os que trabalham. A razão da divisão trifuncional é motivo de estudo entre os pesquisadores, muitos querem saber o motivo da separação da sociedade em três divisões.

---

<sup>8</sup> Manual de regras de conduta e de etiqueta de um governante.

Tal mentalidade tripartida surgiu no período do feudalismo e perdurou durante séculos, atuando nos antigos regimes monárquicos. Georges Duby justifica as três ordens dizendo que o clero, diante de uma sociedade que se transformava no séc XI, precisava de divisões hierarquizadas, procurando dar sentido e equilíbrio. Assim, tal discurso insistia no fato de que em uma sociedade é necessário possuir ordem, pois até mesmo a sociedade celestial seria perfeitamente hierarquizada.

Georges Duby em *As três ordens : ou o imaginário do feudalismo* vai abordar que as ordens medievais são instrumentos de poder e vai buscar sua gênese em Adalberão e Gerardo, na verdade, eles só “ ... ajustaram, de uma maneira nova, as peças esparsas da construção”<sup>9</sup> visto que os “ sistemas ideológicos não se inventam”.<sup>10</sup>

Adalberão e Gerardo são dois bispos que viviam em Cambrai, com muitas bibliotecas, com inúmeras variedades de livros. Com isso, os bispos se inspiraram em algumas fontes para falar da trifuncionalidade. Eles vão apontar três autores como alicerces: Gregório, Agostinho e Dinis, todavia, Adalberão aponta, que um desses autores, Gregório, inspirou-se em os *Moralia in Job*. Gregório citando o livro de Job vai contradizer que tal questão, não se trata de administração e sim de moral. “Uma parte da sociedade merece dirigir a outra. Porque *os que estão em baixo* são moralmente de menor valor, estão subordinados *aos que ficam à cabeça (prelati), que falam (predicadores), que regem (rectores), os poderosos (potentes)*”.<sup>11</sup> Gregório diz que essa obediência dá-se por uma repartição misteriosa, indo ao encontro de Santo Agostinho. Este aborda predestinação dentro da relação autoridade e submissão, “... o conceito de uma reunião na obediência, imagem de uma falange que disciplina a estrita submissão dos subalternos aos superiores, a ideia de fileiras que devem ser cerradas, de ordens que devem ser executadas, sob a ameaça de necessárias sanções”.<sup>12</sup>

Para que não houvesse discórdias e contendas devido ao abuso de autoridade, Duby vai abordar a “concórdia” como um apaziguador de contendas. Nessa cooperação, a coesão vem através do amor mútuo que suaviza a disciplina hierárquica, sendo uma relação de reciprocidade entre senhor e servo. A concórdia veio ao encontro do novo sistema de produção que surgia na idade média: O feudalismo.

A posição do homem que, pelos gestos da homenagem, se tornou *moço* (vassalus) de um *ancião* (senior) é semelhante à do filho perante o pai: deve

<sup>9</sup> DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa.1982, p. 81.

<sup>10</sup> Idem, p. 81

<sup>11</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>12</sup> Ibidem, pp. 87 e 88.

*servir*; mas em troca é remunerado: o afecto correspondente ao respeito, o *benefício ao serviço*. Em tudo, os dois homens devem retribuir igualmente.<sup>13</sup>

A ordem indica vários graus de hierarquia, tal hierarquia não se dá somente entre os monges. Georges Duby vai descrever também sobre os pastores do povo:

Os pastores do povo fiel consideraram que há, entre os homens, ALGUMAS ordens, diversas – e não apenas na instituição eclesiástica. Que se deve ordenar os laicos segundo dignidades, categorias, porque pelos seus méritos alguns são elevados acima dos outros, precedendo-os na procissão, mostrando-lhes, a exemplo dos clérigos, o caminho, o exemplo: estes melhores formam ordens<sup>14</sup>.

E todas essas ordens procuram o sentido do equilíbrio: A ternaridade.

## **1.2- A Dinastia de Avis**

Seria impossível falar sobre toda a Dinastia de Avis, pois cada rei tinha uma característica diferente de atuação no campo político, econômico e social, por essa razão, o objetivo foi abordar o primeiro reinado da Dinastia, o reinado de D. João I, visto que sua ascensão ao trono de Portugal provocou uma revolução no país e gradativamente foram surgindo muitos avanços, proporcionando uma grande expansão territorial. A primeira dinastia portuguesa foi a de Borgonha.

O último rei de Borgonha foi D. Fernando I, após a sua morte, alguns setores de Portugal começaram a apoiar como sucessor ao trono, seu genro D. João I, rei de Castela, pois a nobreza portuguesa, por questões territoriais, estava querendo a união com Castela. E setores autônomos apoiaram o mestre da Ordem de Avis, D. João I, irmão do rei que falecera e filho bastardo de D. Pedro I.

A indecisão da Corte sobre a sucessão do trono durou quase trinta dias. E por unanimidade, D. Joao I, filho bastardo de D. Pedro, foi eleito rei de Portugal. Ao subir o trono, D. João I vai enfrentar uma batalha com o rei de Castela, ele invadiu Portugal em busca dos direitos de sucessão.

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 94.

José Mattoso no livro *A história de Portugal- Segundo Volume – Monarquia feudal (1096-1480)*, vai dizer que D. João I obteve a vitória mais retumbante da história de Portugal, na batalha de Aljubarrota. Em *História do Brasil colônia* de Ilmar R. de Mattos, vai ser destacado o papel da burguesia comercial na vitória de D. João I.

Entre 1383 e 1385 a burguesia comercial, chefiando uma parte da nobreza e do clero, da burguesia rural dos Conselhos e da “arraia miúda”, combateu os setores feudais comprometidos com Castela. Derrotadas em Aljubarrota (1385), as forças castelhanas só reconheceram o novo rei em 1411.<sup>15</sup>

Iniciou-se uma nova dinastia portuguesa. O reinado de D. João I é dividido em duas fases, a primeira foi à independência e o fortalecimento da nação, a segunda pela guerra de expansão e a exploração do atlântico. Houve uma grande transformação em Portugal, existiram avanços nas leis portuguesas, novos proprietários de terra surgem, aqueles que eram a favor do Mestre de Avis, em contrapartida, a tradicional nobreza perdem terras, o avanço de uma literatura, onde são narrados feitos heroicos da dinastia e a expansão marítima proporcionada pelo aperfeiçoamento de novas técnicas, “(...) Infante D. Henrique que organizou no promontório de Sagres um centro de reunião de cartógrafos, navegadores, astrônomos, matemáticos e técnicos de navegação – a denominada Escola de Sagres (...)”.<sup>16</sup>

A primeira expansão marítima foi em Ceuta, no ano de 1415, iniciando uma nova história na colonização europeia. A conquista de Ceuta tornou-se um prestígio para os clérigos, nobreza e rei, pessoas faziam cruzadas em direção à região, uma “credencial portuguesa em Roma e em todos os principados cristãos”<sup>17</sup>, mas para o povo e a burguesia, Ceuta trouxe muitos gastos econômicos, além de enviar um grande contingente de pessoas para a região.

D. João I iniciou a dinastia de Avis. Tal dinastia foi reconhecida e prestigiada por todo o território europeu, devido à primazia da expansão marítima. A revolução de Avis também trouxe um protagonismo político da burguesia, pois o rei pertencia a uma dinastia emergente. D. João I criou laços de interesse por toda a Europa, constitui casamentos políticos para Portugal. Todas essas alianças devem-se ao prestígio de Ceuta. D. João I ficou conhecido pelo

---

<sup>15</sup> MATTOS, Ilmar R. de. A dinastia de Avis. In: MATTOS, Ilmar R. de *História do Brasil Colônia*. Sl, sd, p. 11.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>17</sup> MATTOSO, José. *História de Portugal – Segundo Volume – Monarquia feudal (1096-1480)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 499.

feito memorável em Ceuta. Sobre a dinastia que se iniciou com o rei D. João I, José Mattoso escreve:

E, por isso também, as preocupações da nova dinastia em dar de si, no reino e fora dele, uma imagem de genuidade impoluta, carismática e nacionalista, sancionada pelo direito, pelo povo e pela virtude e, acima de tudo, confirmada por Deus. As crônicas encomendadas que haverão de escrever-se e toda uma propaganda continuamente acalentada ao longo da dinastia de avis são disso prova sabida.<sup>18</sup>

Após D. João I, seguiram-se na sucessão: D. Duarte, regência de D. Leonor, regência do infante D. Pedro (esses dois regentes são estudados no trabalho, por essa razão, eles estão na trajetória de sucessão da Dinastia), D. Affonso V, D. João II, D. Manoel I, D. João III, D. Sebastião I, D. Henrique e D. António.

### **1.3- Uma breve biografia do Infante**

O Infante D. Pedro que viveu de 1392 até 1449, era filho do Rei de Portugal D. João I, o Mestre de Avis, e da Rainha Felipa. Foi regente de Portugal após a morte de seu irmão, o Rei D. Duarte e entrou numa disputa política com sua cunhada, a Rainha Leonor, pela regência de Portugal, depois de muitas disputas com a Rainha, ele assumiu a regência até seu sobrinho D. Affonso V adquirir o reino.

No período de sua regência, o Infante adquiriu amigos e inimigos, sua maior inimizade foi com seu irmão bastardo, o Conde de Barcellos, ele acabou influenciando o Rei D. Affonso V contra o Infante. O Rei D. Affonso V desgostoso com a antiga disputa política de seu tio D. Pedro com sua mãe acaba decretando a morte do Infante D. Pedro.

A rivalidade do regente com seu irmão bastardo teve início devido a questões territoriais. O Infante D. Pedro não quis dar a cidade do Porto e a vila de Guimarães ao Conde, futuro Duque de Bragança, filho do Rei D. João I com Inês Pires.

A filha do Infante D. Pedro era casada com o Rei D. Affonso V, porém seus esforços para salvar a vida de seu pai não adiantaram, a sua interseção foi em vão. Segundo o cronista,

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 497.

o Rei também se lembrara de como o Infante D. Pedro deixara sua mãe, a Rainha Leonor, morrer triste e desgostosa por não estar em Portugal.

Com o tempo, a situação piora e quando o Infante partiu do Rio Maior em direção a Lisboa é recebido com insultos pelos ginetes do Rei. O confronto foi inevitável, cavaleiros do Rei e cavaleiros do Infante lutaram. O cronista Ruy de Pina narra o confronto e diz que foi a reunião de muitos cavaleiros vista até a presente data e Pero de Castro mata o Infante D. Pedro.

Quando D. Pedro foi regente de Portugal, ele procurou estabelecer uma relação de troca de favores com seus súditos. Para exercer o poder, o governante utiliza a justificativa teológica em que o cargo foi dado por Deus.

A vida do Infante D. Pedro foi lembrada pelo cronista Ruy de Pina. O Infante foi exaltado, sendo considerado grande, virtuoso, herdeiro de muitas terras e um homem bom, além de ser filho legítimo do Rei D. João. E falou ainda que quando o Infante estava vivo, muitos serviam e o honravam, agora morto, não há quem o enterre. Na visão do cronista, a fortuna foi a maior inimiga do Infante, pois a outra solução seria que o Infante peregrinasse por terras desconhecidas, demonstrando sinais de pobreza, porém a morte foi preferível pelo Infante. O cronista descreve:

E foi muito justo, de que lhe veiu sempre avorrecer os mãos, e fazer bem aos bons. Foi muito verdadeiro e mui constante, e de mui claro entendimento; foi liberal com medida, e assi caçador e monteiro com temperança; porque o estudo em que se mais deleitava o privava de semelhantes prazeres; fez primeiramente usar que os Reis e Príncipes n'estes reinos comessem em público, e fossem em suas mesas acompanhados, o que d'antes não faziam, cá pela mor parte sempre comiam retraídos; dizendo elle que suas mesas deviam ser escollas de sua corte, para que costumava mandar ler proveitosos livros, e ter praticas e disputa, de que se tomava muito ensino e doutrina. Tirou as aposentadorias de Lisboa, e ordenou os estaos que deu causa a grande ennobrecimento da cidade, e assi fez outras muitas obras boas, e proveitosas ordenanças para o reino. Porque sua alma recebera de Deus o galardão, pois em sua vida este mundo lhe foi tão ingrato.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> PINA, Ruy de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V.* Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901, cap. CXXV, p. 112.

#### 1.4 - As três ordens medievais na Dinastia de Avis

Para reconstituir as três ordens na representação da sociedade portuguesa na Dinastia de Avis, dentro da lógica de Georges Duby, será utilizado como fonte o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Serão identificados dentro da obra, quatro elementos que caracterizam a trifuncionalidade, pela ótica de Duby, são eles; autoridade/submissão, moral, concórdia e ternaridade.

Deus que he geeral começo e fim, poendo graaos em as cousas que fez, ordenou per tal guisa o estado dos homees que em cada huu he achada mingua, e nenhum condiçom he tanto ysenta que em falecimento nom aia sua parte. E por se manter tal hordenança, prougelhe de poer natural afeyçom porque sse ajudassem as suas criaturas.<sup>20</sup>

E:

Qaull quer padre deue auer cuydado de governar seus filhos, assy como suas próprias cousas. Porem como os príncipes sejam padres dos seus próprios subdictos, os quaaes eles geeram assy como naturaaes marydos com a terra que he seu senhorio.<sup>21</sup>

Ainda: (...), trabalhey-me de a ensirir toda com outras cousas que a esto eram compridoyras, fazendo nova compilaçom proveytosa a mim e a todollos outros que son obrigados de praticar o poder que tee pera fazerem boas obras.<sup>22</sup>

As citações acima apresentam a moral como caracterizante da trifuncionalidade. Na primeira citação, o Infante, aborda a questão da mais alta hierarquia, a de Deus, e por ordem deste foi estabelecido graus de hierarquia, cada um com a sua especificidade. Essa hierarquia vem de Deus, é moral, existem pessoas moralmente acima de outras. A segunda citação diz respeito às funções dos príncipes, esta função é comparada a de um pai, cujo filho é moralmente menor, assim como o súdito ao seu príncipe. A terceira citação diz que as pessoas que possuem poder, devem praticar as boas obras, ou seja, existem pessoas que possuem poder e outras não, são os graus de hierarquia.

---

<sup>20</sup> Infante D. Pedro e Frei João Verba. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, 1998, livro primeiro, cap. I.

<sup>21</sup> Ibidem, livro segundo, cap. IX.

<sup>22</sup> Ibidem, livro segundo, cap. II.

Outra característica:

E falando specialmente em aquesto sam Pedro (...) em o ij capitullo da sua primeyra epistolla. Seede sobiectos or deos a elrrey, assy como a muyto excelente. (...) E sam paullo (...) diz em o terceyro capitullo da epistolla aos rromaãos. (...) E quem resiste ao príncipe faz resisteencia a ordenança de deos.<sup>23</sup>

E:

(...), segundo diz o sabedor aos xviii capitullos dos *Provérbios*, as palavras deles son augua profunda que per sua claridade mostra as cousas scondidas, e ryo que engrossa a terra do coração humanal pera fazer fruito, e fonte que tira a sede do nosso entendimento com auguas de suas ensinanças.<sup>24</sup>

Outra: (...), he necessário que as criaturas feytas per o nosso infindamente boo Criador tenham grande perfeyçom, em cuja confirmaçom diz a sancta scriptura no começo do *Genesi*: “Vio Deus todallas cousas que fez e eram muito boas”.<sup>25</sup>

As citações acima apresentam a relação de autoridade e submissão. Na primeira citação, abaixo de Deus, existe um rei que por excelência exerce autoridade, seus súditos devem submeter-se a ele, pois é uma ordenança de Deus, com isso, através do prelado dado por Deus, o rei ou o príncipe podem exercer o poder. Assim, o Rei imbuído de um comando divino ensina, exorta e disciplina o súdito que não pode resistir ao poder instituído moralmente. A segunda e a terceira citações tem como exemplo os livros de provérbios e gênesis, nesse caso, ocorrem uma submissão a palavra de Deus, existe uma obediência à bíblia.

Também: “E, ffigurando o benefificio per cousas sensivees, mostrarom as perfeyções que aviam de aver os que dele quisessem razoadamente usar”.<sup>26</sup>

Outra citação:

(...) os príncipes tomem de noyte e de dia grandes e trabalhosas occupaçoens, por defenssom das gentes sobre que teem senhoryo. Seguesse

<sup>23</sup> Ibidem, livro segundo, cap. XVI.

<sup>24</sup> Ibidem, livro primeiro, cap. II.

<sup>25</sup> Ibidem, livro primeiro, cap.V.

<sup>26</sup> Ibidem, livro primeiro, cap. XIX.

que recompensando taes cuydados, os sobieytos deuem satisfazer aos que os defendem, trabalhando por fama e exalçamento da sua terra.<sup>27</sup>

E:

A vistosa parecença das suas cores nos faz entender que o benefificio deve seer feyto mais com stremadas cousas que acostumadas. E a fremosura dos membros se requiere porque o benfazer deseja singular propriedade, a qual, por seer special, põe mayor contentamento em recebedor.<sup>28</sup>Livro I, cap. XIX.

A característica das citações acima é a concórdia. A primeira citação demonstra as vantagens de quem procura exercer o benefício. A segunda apresenta a função dos príncipes e consequentemente a sua recompensa. A terceira, fala dos benefícios de quem dá e o contentamento de quem recebe. Nestes casos, existem um acordo, o dar e o receber se tornam prazerosos, pois existe uma recompensa. Esta gratificação é o amor mútuo, as funções de cada membro do corpo não são penosas, visto que todos estão em comunhão e serão beneficiados, de certo modo, existe gozo na obediência.

Por último:

E a idade que de muitos he desejada nos faz demonstrança que o liberal coração nunca em bem fazer deve filhar enfadamento e o gracedor sempre em seu aucto squivará cansaço. E, por huu receber acorrimento do outro que he obrigado de lho agradecer, nenuu deles averá empacho, mas cada huu ledamente receberá o que per outro lhe for offericido.<sup>29</sup>

Ainda:

Per esta fegura mostram os antigos quejandas de vem seer as benefeyturias, mostrando que, nom embargante que o benefivio seja feyto antre duas persoas, sempre se requerem em eles três stados, dos quaaes a primeyra irmãa representa o outorgador e a ii nos mostra aquelle que deve agradecer e a iii nos ensina o que he recebedor do benefificio ou do gradecimento.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Ibidem, livro terceiro, cap. IV.

<sup>28</sup> Ibidem, livro primeiro, cap. XIX.

<sup>29</sup> Idem, livro primeiro, cap. XIX.

<sup>30</sup> Idem, livro primeiro, cap. XIX.

E:

E a fremosura dos membros se requiere porque o benfazer deseja singular propriedade, a qual, por seer special, põe mayor contentamento en o recebedor. E, porquanto a perseverança en bondade faz o que a tem seer gracioso, deven-se trabalhar os que em bem fazer tomam usança de sempre o beneficio seer feyto per cousas que sejam muyto duradoyras a quem as tever.<sup>31</sup>

A ternaridade procura o sentido do equilíbrio, na primeira citação está escrito que cada um receberá do mesmo modo que lhe foi oferecido, mesmo havendo diferenças hierárquicas, todos tem algo para oferecer e receber. A segunda citação ilustra um caso de três irmãs, uma que oferece benefício, outra que agradece e a terceira é aquela que recebe e agradece, ou seja, dá e receber a gratidão do outro. Na terceira também existe um balanceamento entre o recebedor e o benfeitor, encontrando o sentido do equilíbrio, a ternaridade.

Ao identificar características que compõem a estrutura das três ordens no livro da *Virtuosa Benfeitoria*, pode-se observar que o Infante D. Pedro incorporou a ideologia da tripartição dos poderes, nesse caso, o funcionamento de tal sistema ideológico era baseado numa reciprocidade de favores verticais e horizontais da Realeza com as ordens, onde Rei ou o Regente atendiam suas demandas, porém, na teoria, o Rei não podia interferir na jurisdição das três ordens.

---

<sup>31</sup> Idem, livro primeiro, cap. XIX.

## CAPÍTULO II

### 2- Oratores

Os *oratores*, os que oram, serviam de intermediários entre Deus e os homens, alimentando a religiosidade na sociedade medieval. Como poder universal desta ordem encontra-se o papa; poder regional, os bispos; poder local, os bispos das cidades e os padres. Esta ordem está dividida entre o alto e o baixo clero. No alto clero estão os bispos, abades e cônegos, estes influenciavam as decisões dos reis e senhores feudais. No baixo clero estão os padres e monges, estes cuidavam da vida religiosa do povo feudal ou viviam recolhidos nos mosteiros, constituindo o clero regular. O clero secular é composto pelo mais alto nível hierárquico da igreja e participavam das decisões políticas.

O monopólio da cultura letrada pertencia à igreja, porém na baixa idade média, a teologia perdia o seu espaço para as ciências naturais. Segundo Francis Rapp em *La Iglesia y la vida religiosa em Occidente – a fines de la Edad Media*, o empirismo avançou durante o século XIII e gradativamente o clero foi perdendo o monopólio intelectual, começaram surgir homens voltados para a ciência experimental. Esse fator também se deve ao aumento do número de Universidades nos séculos XIV e XV.

Uma imagem del siglo XIII, demasiado bela y demasiado simple para ser exacta, pretende presentarnos una (catedral de ideas), harmoniosa y de amplias proporciones, que una sarta de ímpios heredeos se aprestaba a arruinar. Em realidade, Tomás de Aquino era uma figura aislada em su época, y bastante antes de 1300 la oportunidad, más aún, la posibilidad de una construcción que hermanase los dominios de la fe y de la razón era discutida. Cuando se abrió el período que nos corresponde estudiar, los filósofos y los teólogos no descubrieram solamente elementos positivos em el patrimonio que habían recibido: hallaban también motivos de duda y de crítica.<sup>32</sup>

Apesar da perda do monopólio, o clero ainda representava um grande centro de ensino, através da atuação de paróquias, conventos e confrarias. As autoridades eclesiásticas davam

---

<sup>32</sup> RAPP, Francis. *La Iglesia y la vida religiosa en Occidente – a fines de la Edad Media*. Barcelona: Editorial Labor, S.A. 1973, p. 68.

muita importância à proclamação da palavra de Deus e os predicadores tiveram muita importância na baixa idade média com evidência à ordem medicante. Esse destaque dos medicantes gerou uma disputa entre os irmãos das ordens e os párocos.

Los mendicantes eran obviamente demasiado pocos para tomar sus hombros el peso de la predicación ordinaria de um extremo a outro de la cristiandad. La Palabra sólo podía ser debidamente proclamada si el clero secular se responsabilizaba con competencia y putualidad de esta parte de su función. No todos los clérigos de las parroquias respondían a la imagen del ignorante que la literatura se compacia em presentar. El número de alunos que pasaban por las Universidades espigando nociones de latín y lógica aumento de tal manera a principios del siglo XV, que algunos de estos antiguos estudiantes, aun a regañadientes, tuvieron que aceptar el servicio de las iglesias campesinas. Em todo caso, el prestigio de la cultura aumento notablemente.<sup>33</sup>

Segundo Francis Rapp, o avanço da palavra de Deus entre os clérigos também gerou um crescimento por parte dos laicos, estes buscavam as respostas que não encontravam nos sermões cristãos. E tinha como maior influência as Universidades com o objetivo de uma ampliação do ensino. Sobre o final da Idade média, a pergunta entre os historiadores era: A educação das minorias foi uma preocupação do clero? Francis Rapp vai observar o que motivava um camponês a ser um grande devoto e atuação dos clérigos. O clero ensinava ao camponês a arte de rezar, no final da idade média, o cristianismo penetrou nas massas, visto que entre outras camadas sociais já começavam o questionamento dos dogmas católicos avivados pela reforma protestante e pelo advento do empirismo. Sobre o conceito de clericalismo, a enciclopédia Mirador Internacional define:

Nascido no séc. XIX, o termo teve grande voga na França, no fim do II Império, como reação contra a ingerência do clero na política. Significava, então, a tendência das igrejas ou sociedades religiosas de se imiscuírem nos negócios do Estado para reduzir a autoridade pública a instrumentos de seus desígnios. Em oposição, o laicismo era condenado pelos exegetas como o desaguadouro de todas as heresias, sob pretexto de defesa dos direitos do Estado e dos indivíduos. Não falta ao termo certa carga pejorativa de

---

<sup>33</sup> Ibidem, pp. 87 e 88.

coloração polêmica, o que mostra que o clericalismo não corresponde a um movimento, a um programa, antes denuncia uma situação e designa uma mentalidade, uma concepção enraizada no comportamento. A palavra deriva de uma visão dualista do homem e da sociedade: alma e corpo, sagrado e profano, natural e sobrenatural, clericalismo e laicismo.<sup>34</sup>

## 2.1- O Clero medieval Português

A ordem eclesiástica portuguesa na baixa idade média, segundo José Mattoso é uma ordem desvirtuada de sua função primordial, pois havia uma grande influência dos nobres e dos plebeus sobre os clérigos. A questão da influência faz parte da própria formação do clero português.

As monarquias cristãs ibéricas foram influenciadas pela tradição visigótica, que não se manteve imune a algumas alterações. No século XI, os papas excluíram os leigos da eleição episcopal. A grande mudança no sistema eleitoral eclesiástico, porém veio no século XII, quando o colégio de cardeais passou a eleger o Papa e os cônegos, o bispo (...)

Com a invasão muçulmana na Península Ibérica, nas primeiras décadas do século XII, em regiões que posteriormente passaram ao domínio português, a organização eclesiástica se desintegrou. Permaneceu a tradição religiosa em torno de núcleos cristãos: igrejas, cemitérios, santuários arruinados e cultos aos santos (...)<sup>35</sup>

A formação do clero português é heterogênea, ocorrendo uma aglutinação de diferentes culturas. O número de mosteiros foi aumentando e homens de terra foram fundando instituições. A regra de São Bento foi adicionada aos mosteiros de Portugal. No século XII, o clero português sofre uma ramificação, de um lado: bispos, cônegos e as colegiadas, do outro o clero paroquial e os padroeiros. Com a reconquista cristã houve um restabelecimento do aparelho eclesiástico.

---

<sup>34</sup> Enciclopédia Mirador Internacional, Volume 6. São Paulo – Rio de Janeiro – Brasil: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1982, p. 2555.

<sup>35</sup> GALLI, Sidinei. A Cruz, a Espada e a Sociedade Medieval Portuguesa. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997, p. 20 e 21.

Com a ascensão de Gregório VII, novas diretrizes são traçadas e inicia-se a reforma da Igreja, segundo a qual a autoridade do Papa é considerada universal e ilimitada. O poder da Igreja encontrava-se, então, subjugado pelo poder temporal: os príncipes sobrepujavam o Papa. No seio da Igreja, predominavam o nicolaísmo e a simonia. Faltava unidade à Igreja. A reforma da igreja ocidental, a reconquista cristã na Península Ibérica, o restabelecimento da unidade religiosa com o Oriente, são alguns dos pontos considerados necessários ao desenvolvimento da política do Sumo Pontífice.<sup>36</sup>

O papa volta a ser autoridade na comunidade cristã, a monarquia devia obediência a ele. O papa precisava de elos com Roma e as Igrejas do Ocidente, tendo como pioneiras as Ordens Monásticas religiosas francesas, como as de Cluny e Cister. Os monges de Cluny ajudam a expulsar os mouros da Península Ibérica. Estes passaram a interferir nos assuntos ibéricos. A reforma cluniacense se faz presente no Porto, Braga e Coimbra lançando bases do rito romano em relação à dos árabes. Dessa Reforma, nasceu o clero português. Na baixa idade média, ocorre uma afirmação dos reinos e o cristianismo ortodoxo é composto de singularidades regionais, nesse período a forma de governo é a monarquia cristã, onde a nobreza tem um papel de destaque.

Significativo de que os homens, nos séculos XIV e XV, procuravam ser clérigos por motivos perversos. Não para servir, mas para se servirem. Ser clérigo era isenção, estatuto, privilégio. O anticlericalismo, se bem que aqui e além anunciado, será fenómeno de séculos que hão-de- vir. As sementes estão a ser lançadas.<sup>37</sup>

## **2.2- A relação do Infante D. Pedro com o Clero segundo a Chronica de El-Rei D. Affonso V e o Livro da Virtuosa Benfeitoria**

A Igreja é uma instituição e precisa de um corpo administrativo, com isso surge a constituição de um corpo clerical. Os clérigos tinham uma importante participação na vida do

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>37</sup> MATTOSO, José. História de Portugal – Segundo Volume – Monarquia feudal (1096-1480), Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 428.

homem medieval. A *Chronica de El-Rei D. Affonso V* vai narrar os campos de ação dos clérigos no período que antecede a regência, durante e após.

Existiam muitos membros do Clero português que eram contra as decisões do Infante, como o Arcebispo de Lisboa, o Frei Vasco de Allagoas e outros. A crônica escrita por Ruy de Pina apresenta a disputa do Infante D. Pedro e a Rainha Leonor pelo reino de Portugal. No início da crônica, membros do clero já se manifestam contra as ideias do Infante.

D. Pedro havia concedido o casamento de sua filha com o filho, futuro Rei, da Rainha Leonor. Faltava o consentimento da Rainha. O Arcebispo de Lisboa, D. Pedro, era contra o Infante e junto com Conde Barcelos, irmão bastardo do Infante, aconselharam a Rainha a mudar de ideia e voltar atrás com a sua promessa. O objetivo do Arcebispo de Lisboa era que o rei se casasse com a neta do Conde Barcelos.

(...) o conde de Barcellos, a quem parecia que da conclusão e outorga d'este casamento pesava muito. E, como quer que em publico o não contradissee, procurava porém secretamente, por meio do Arcebispo D. Pedro, de Lisboa, a quem a Rainha dava muita fé, e não tinha boa vontade ao Infante D. Pedro, como do que a cerca d'este casamento lhe tinha prometido, ella se desdissee, com fundamento de trabalhar com toda sua possibilidade que El-Rei casasse com sua neta.<sup>38</sup>

A Rainha acabou consentindo o casamento. É importante ressaltar que sobre tal casamento, o Infante D. Pedro consegue dispensa para a realização com o Papa Eugênio, esse mesmo Papa mandara uma carta de consolo à Rainha, pela morte de seu marido e pedindo que a Rainha não desse a cidade de Ceuta pela soltura do Infante D. Fernando, seu cunhado, alegando razões católicas.

Algum tempo depois, o Infante já estava quase se tornando regente e o Arcebispo de Lisboa vendo que a maioria das pessoas estava a favor do Infante D. Pedro, resolveu sair do reino, indo para Castella. Em seu lugar ficou Affonso Nogueira. O conde de Barcelos intercedeu para que o D. Pedro, o clérigo, voltasse a ser Arcebispo de Lisboa, na primeira tentativa, ele não conseguiu, porém não desistiu. Quando voltou a ser Arcebispo continuou perseguindo o Infante D. Pedro, junto com o Conde Barcelos que fora nomeado Duque de

---

<sup>38</sup> PINA, Ruy de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901, cap. VIII, pp. 24 e 25.

Bragança e Conde d'Ourem. Entre os clérigos, o Arcebispo de Lisboa, talvez tenha sido o maior perseguidor e inimigo do Infante.

Outro clérigo que se relaciona entre o Infante e a Rainha é o Frei Vasco da Allagoa, da Ordem de S. Domingos. O Frei resolveu pregar sobre a disputa pela regência a favor da Rainha, onde causou indignação de todos que estavam presentes.

(...) Frei Vasco começou seu sermão, e por servidor da Rainha e ás cousas de seu serviço mais inclinado, esquecido do aviso que lhe fora dado d'amansar o povo com esperança de bem, tocou o caso e revoltas da cidade com tanta reprehensão dos cidadãos e povo d'ella, que com altas exclamações os chamava ingratos e desleais, trazendo-lhes ás memorias entre outros exemplos, (...) <sup>39</sup>

E o que se sucedeu:

E o povo depois de comer não esquecido do escandalo do sermão foram ao mosteiro e disseram ao priol que logo lançasse Frei Vasco fora d'elle, se não que o derribariam e queimariam. E o priol aconselhado da necessidade do tempo assi o fez; e o pregador se salvou secretamente. <sup>40</sup>

O Bispo d'Evora, D. Alvaro d'Abreu, também apareceu no caminho do Infante, ele fez a missa onde D. Pedro prometeu com as mãos nos evangelhos e cruz, reger e defender o reino até o rei está apto para assumir. Um Bispo de Segorve também tentou fazer um acordo entre o Infante e a Rainha sobre a regência, porém a Rainha não aprovou os seus conselhos, visto que o Bispo era a favor de D. Pedro. O Arcebispo de Braga D. Fernando cantou salmos quando viu o Infante D. Pedro e o Conde de Barcellos temporariamente em harmonia, foi nesse contexto que o Infante atendeu ao pedido do Conde e restituiu o cargo ao Arcebispo de Lisboa D. Pedro.

Muitos clérigos tentaram fazer a concórdia entre a Rainha Leonor e o Infante D Pedro e entre o Conde de Barcellos e o Infante. Um Bispo de Avila também aconselhou a Rainha não fazer guerra com o Infante por consideração a Portugal. O Bispo de Ceuta, D. João, homem muito prudente, aconselhou o Infante D. Pedro a não guerrear com o Conde de Barcellos, este estava passando por terras do Infante, todavia, não houve o confronto.

---

<sup>39</sup> Ibidem, cap. XXV, p. 53.

<sup>40</sup> Ibidem, cap. XXV, p. 54.

Assim que o Rei assumiu, ele foi induzido pelo Conde de Barcellos. E segundo a crônica, o Rei ficou muito ressentido com o Infante D. Pedro, pois se lembrara de sua mãe, a Rainha Leonor e das desavenças com o Infante. O Rei havia lhe dado três sentenças, pena de morte, cárcere ou desterro. D. Pedro optou pela morte. Sabendo que iria morrer o Infante e seu amigo o conde d’Abranches chamaram o doutor Alvaro Affonso que era clérigo de missa, este lhes deu o santo sacramento. O Infante aflito com a chegada de sua morte foi justificar-se com o Frei Antão, prior do mosteiro de Aveiro e com o Frei Dinis. Estes vendo a sinceridade do Infante resolveram interceder perante o Rei, mas os inimigos do Infante os impediram de falar com o Rei e foram ameaçados para não falarem com D. Pedro, os freis voltaram tristes para o mosteiro de Benfica. O último clérigo que o Infante teve contato foi o Bispo de Coimbra:

(...) foram em especial pelos inimigos do Infante escolhidos e ordenados contra ele, para mais cedo abreviarem sua morte, a qual ele recebeu com sinais de verdadeira contrição e grande arrependimento de seus pecados, que deu piedosa esperança da salvação de sua alma, pelos quais sinais o Bispo de Coimbra, que sobre ele logo acudiu, o absolveu em lhe a alma saindo da carne; porque não houve tempo de confissão, que ele nas derradeiras palavras de sua vida afincada e devotadamente pediu; e porém ele no mesmo dia fora confessado e absolto, (...) <sup>41</sup>

O livro da Virtuosa Benfeitoria não narra a atuação de um clero português, por ser um “espelho de príncipe”, a intenção da obra é apresentar um modelo de um bom governante. Nesse modelo, notam-se requisitos cristãos como essencial para a virtude de um bom Rei ou príncipe. Em vários momentos, textos bíblicos são citados como função pedagógica de instruções de boas obras, nesse caso, o bom governante deve possuir as virtudes de Cristo.

E per tal guisa se honrem que dem aazo aos outros que sempre os prezem, conhecendo antre eles yqual benquerença, a qual mantenham em tal perfeçom que nom aconteça a eles o que diz o sabedor aos xvii capitullos dos Proverbios, convem a saber: ‘O servo prudente partirá a erança antre os

---

<sup>41</sup> Ibidem, cap. CXXI, pág. 101.

irmãos”. Por certo mais foy malicia do pecado, que bondade da natureza, buscarem os irmãos quem antre eles fizesse dereito.<sup>42</sup>

### 2.3 Análise do clero através do Infante D. Pedro

Através da relação dos clérigos com o Infante D. Pedro, é possível observar que a Igreja tinha uma estreita relação com a nobreza, nesse caso, os membros do clero podiam concordar ou discordar com os nobres. Criando laços de solidariedades e rivalidades, como o Arcebispo de Lisboa que foi um grande inimigo do Infante D. Pedro. Os nobres sempre se aconselhavam com os membros do clero, estes utilizavam da autoridade espiritual para influenciá-los. Todavia, é importante esclarecer que quando as suas ideias eram contra as dos nobres, cavaleiros ou povo, estes se esqueciam de tal autoridade espiritual e até os ameaçavam, como foi o caso dos freis Antão e Dinis que foram impedidos de falar com o Rei a respeito do Infante.

A disputa que envolveu a regência de Portugal dividiu os clérigos, muitos ficavam ao lado da Rainha Leonor e outros achavam mais prudente que o Infante regesse o reino. Os clérigos tentavam fazer concórdia entre ambos usando argumentos religiosos.

É interessante notar a relação do povo com o clero, de modo geral, o terceiro Estado estava submetido à Igreja, mas a crônica de Ruy de Pina mostra o caso do sermão do Frei Vasco, este fez um sermão em favor da Rainha que indignou o povo, o descontentamento foi tanto que quiseram queimá-lo. Até que ponto o clero visto como a autoridade de Deus na terra? A justificativa espiritual colocava o clero no topo da pirâmide social, mas através das fontes observa-se resistência da nobreza e do terceiro Estado a certas exigências de bispos, padres e outros.

Como visto anteriormente, a relação vertical ou horizontal com o clero pode ser harmoniosa ou não, dependendo das relações de poder envolvidas no contexto. Membros da mesma ordem podem discordar e tomar diferentes posições, como o caso dos clérigos que ficavam ao lado da Rainha Leonor e outros ao lado do Infante, nessa questão ocorrem diferentes interesses em jogo, como exemplo: A permanência da Rainha no poder seria importante, pois ajudaria uma parte do Clero, assim, como a permanência do Infante, ajudaria outra parte.

---

<sup>42</sup> Infante D. Pedro e Frei João Verba. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, 1998., livro segundo, cap. XVII.

Assim, as relações vão se constituindo. No caso do clero, as justificativas de poder são sempre divinas, mas membros de uma mesma ordem podem discordar e ambos alegaram a mesma justificativa divina.

A análise do Livro da Virtuosa Benfeitoria apresenta o que já estava em ascensão por toda a Europa, a quebra do monopólio do sagrado do corpo clerical, em Portugal não seria diferente, nesse caso, a nobreza começa a ler as escrituras sagradas e as utilizam no cotidiano como exemplo a ser seguido.

Desto teenmos exemplo em o iii capitulo de josue, onde sse lee que Deus mandou tomar doze pedras muy grandes da meyatade do rio jordam e que as levassem onde foy posto o rayal, depois que todos passaram. E aquesto foy feyto por ser em nembrança do maravilhoso milagre que fez deus em presença do poboo partindo as aguas em tal maneyra que as de cima crecerom por alto, nom se stendendo em sua ladeza, e as de juso fezerom movimento atees que o rio ficou em secura.<sup>43</sup>

Nesse caso, o clero perdeu o monopólio do sagrado, como também, o controle da leitura e escrita. No Livro escrito pelo Infante D. Pedro é notório o conhecimento de filosofia, além de serem utilizados como exemplo, muitos filósofos na obra.

E porem diz Seneca, en o *Livro dos costumes*, que o meu amigo he outro eu. E quem tal cobrar, sendo como ele, stara soo e acompanhado. E, demonstrando a ele o segredo do conselho, sentirá alivamento, assy como se o dissesse a outrem, e avera segurança de sse nunca saber, como se o sempre tivera calado, nem avera que reचार, pois homem strangeyro non stá antre eles, mas cada huu he tornado en outro e ambos son feytos hua persoa.<sup>44</sup>

Gradativamente, o clero foi perdendo o monopólio cultural e das escrituras sagradas para uma nobreza que se instruía. O auge em Portugal ocorreu com a dinastia de Avis, com uma intensa produção literária por parte dos nobres.

A análise feita no clero português utilizando como referência o Infante D. Pedro demonstra uma perda de afirmação da Igreja. A Dinastia de Avis foi marcada pela ascensão de uma nova Nobreza e do Rei. Com isso, era necessário o clero estabelecer alianças com os

---

<sup>43</sup> Ibidem, livro cinco, cap. III.

<sup>44</sup> Ibidem, livro segundo, cap. XVII.

nobres para obterem favores. Em contrapartida, o modelo de Rei era baseado no exemplo de Cristo, a ideologia religiosa estava presente na monarquia. Todavia, o corpo eclesiástico português, no período estudado no trabalho, estava obedecendo ao Rei, o que na teoria, o monarca não poderia intervir na jurisdição do clero. Hilário Franco Junior em *Idade Média, nascimento do Ocidente* vai dizer que na baixa idade média, a Igreja vai entrar em profunda crise baseada na antiga disputa entre poder espiritual e poder temporal. Isso ocorreu na Dinastia de Avis.

## CAPÍTULO III

### 3- Bellatores

Os *bellatores*, os que lutam, eram os nobres medievais que possuíam poder político, militar e econômico. Eram proprietários de feudos, espaços territoriais, além disso, possuíam servos que trabalhavam para eles. Com o poder universal da nobreza encontra-se o Imperador, com poderes regionais estão os reis, condes, duques e marqueses e com poderes regionais, os senhores feudais. Os senhores feudais entravam em guerras para aumentar o seu território.

A nobreza regional concentrava a vida social dentro da corte e os poucos locais diferentes do convívio social eram subdivisões da corte, com o tempo, a corte foi perdendo a sua centralidade, devido ao aumento das riquezas nas mãos da burguesia. Nobert Elias em seu livro *A sociedade de corte* apresenta a vida da nobreza que era concentrada na corte, existia uma interdependência. Os nobres participavam de todo um cerimonial, o autor diz que com o tempo, o cerimonial passou a ser um fardo, todavia romper com o cerimonial significava romper com os privilégios, visto que os nobres não pagavam impostos, com isso, a engrenagem social se equilibrava. A posição da nobreza era inconstante, aquele que conquistava fama se esforçava para elevar o grau oficial, havia constante oscilação.

A posição que um homem ocupava na hierarquia da corte era, por isso, bastante instável. Aquele que houvesse conquistado certa reputação esforçava-se imediatamente para elevar seu nível oficial. Cada promoção significava necessariamente o recuo de algum outro, de modo que tais ambições geravam um tipo de batalha que, excetuando ações de guerra a serviço do rei, era o único ainda possível para a nobreza cortesã, ou seja, a batalha pela posição dentro da hierarquia da corte.<sup>45</sup>

Na sociedade de corte, o poder era ligado ao prestígio e ao status, o conceito social funda a existência, as pessoas possuem um lugar social assinalado pela representação. A vida na corte não era pacífica, os indivíduos em busca de prestígio, faziam intrigas, escândalos e conflitos.

Do ponto de vista de sua motivação mais decisiva, tratava-se de uma concorrência por prestígio, mas não por um prestígio qualquer, pois, como as

---

<sup>45</sup> ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 108.

chances de prestígio correspondentes à estruturação hierárquica dessa sociedade tinham uma gradação precisa, as pessoas concorriam entre si por chances de prestígio hierarquizadas, ou, em outras palavras, por chances de poder hierarquizadas. Pois o prestígio, em maior ou menor grau, desfrutado por um indivíduo em uma figuração social, seu valor corrente em relação aos outros, é uma expressão de seu peso no equilíbrio multipolar das tensões da figuração a que pertence, de sua chance maior ou menor de exercer influência sobre os outros ou de ter de submeter-se às influências deles.

Ora, tudo o que desempenhava um papel na relação entre os homens convertia-se em chance de prestígio nessa sociedade: o nível social, o cargo herdado e a antiguidade da “casa”. Convertia-se em chances de prestígio o dinheiro que alguém possuía ou ganhava. O favorecimento do rei, a influência sobre a sua amante ou sobre os ministros, a participação em uma determinada “panelinha”, a liderança no exército, o *esprit*, as boas maneiras, a beleza do rosto etc., tudo isso convertia-se em chance de prestígio, combinando-se no homem singular e determinando seu lugar na hierarquia inerente à sociedade de corte.<sup>46</sup>

A nobreza não é homogênea, os privilégios geram uma diversidade e laços de solidariedade e rivalidade. Uma das rivalidades era com o clero, porém muitos bispos ainda são recrutados dentro da aristocracia. A nobreza vai se estabelecendo através de alianças e casamentos para aumentarem o patrimônio e status. Essa ordem vai se adaptando às novas modificações políticas, sociais e econômicas.

No entanto, a nobreza não sofre transformações radicais. Não em sua função social: ela diversifica seu campo de ação abrindo ou entreabrindo a porta aos universitários, particularmente aos juristas; em certas regiões ela se engaja nos negócios, em outras ela se fecha a eles pela *dérogeance*, mas em todos os lugares conserva sua vocação militar e suas ambições políticas. Seu comportamento não modifica: ela provavelmente se exhibe mais, porém mostra, como no passado, sua superioridade material e moral. A quantidade de seus membros e a concorrência dos novos-ricos levam-na a elaborar ou preparar um código cada vez mais detalhado que multiplica as regras e os escalões hierárquicos e que vai reger os tempos modernos: títulos, coroa heráldica, números de pilares no patíbulo senhorial etc., mas ela defende

---

<sup>46</sup> Ibidem, pp. 116 e 117.

perfeitamente seu estatuto e escapa sempre dos controles que limitam o resto da população. As principais linhagens conseguem até mesmo não serem plenamente integradas no Estado soberano; para escapar dos príncipes, elas ultrapassam as fronteiras e tornam-se internacionais; elas o são ainda hoje. Em suma, adaptações às circunstâncias e às conjunturas; nada de ruptura ou de revolução.<sup>47</sup>

### 3.1- O Monarca

Como chefe soberano desta ordem está o rei e em seguida estão distribuídas as outras funções aristocráticas.

Assim, por meio destas divisões e subdivisões multiplicadas, se faz das diversas ordens uma ordem geral (e eis a inflexão que conduz às três funções) e de vários estados um Estado bem dirigido, onde existe perfeita harmonia e consonância e uma correspondência de relações do mais baixo para o mais alto, de forma a que, enfim, por meio da ordem, uma ordem inumerável culmine na unidade.<sup>48</sup>

O Rei Medieval foi caracterizado por atributos fortes do cristianismo. O Rei é a imagem de Deus na terra. “O rei medieval herda do Antigo Testamento uma dupla imagem: a do rei e a do grande sacerdote. Outra imagem, esta vinda do Novo Testamento, é a dos Reis Magos”<sup>49</sup>.

Nobert Elias diz que todos dependiam do Rei, uns mais, outros menos. O Rei poderia alterar a importância de um nobre, essa questão era manipulável na mão do rei. Já Marc Bloch em *Os Reis Taumaturgos* vai abordar que os monarcas se fortaleceram através da apropriação de elementos religiosos. Os reis faziam milagres utilizando vários amuletos. As pessoas “curadas” recebiam donativos que ajudavam na propagação da fama do rei. O rei era santo, sem o poder da cura, o rei não poderia ser verdadeiramente um monarca. March Bloch descreve os rituais na França e na Inglaterra, essa fama de rei curandeiro vai até a reforma religiosa, onde passam a existir os questionadores. O único rei taumaturgo de Portugal foi D. Sebastião, após ele, nenhum monarca conseguiu a confiança da população portuguesa para a realização de prodígios.

---

<sup>47</sup> LE GOFF, Jacques, Jean- Claude. Dicionário Temático Medieval II. Bauru: EDUSC, 2002, p. 290.

<sup>48</sup> DUBY, Georges. As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo. Lisboa: Estampa, 1982, p. 15.

<sup>49</sup> LE GOFF, Jacques, Jean- Claude. Dicionário Temático Medieval II. Bauru: EDUSC, 2002, p. 396.

O rei medieval foi um personagem novo e específico da história, entre os séculos VI e XVI. Esse personagem evolui e muda durante aquele longo período no curso do qual se podem distinguir três momentos: a época carolíngia, quando o rei torna-se um rei ungido e um ministerial; entre 1150 e 1250, quando aparece um rei administrativo em face de três realidades (a Coroa, o território e a lei); e ao final do período, quando o rei encontra-se diante de um Estado sacralizado, que ele se esforça por absorver. O rei medieval reúne heranças desde a Antiguidade, da Índia e do Oriente Médio à monarquia helenística, do Antigo Testamento ao Império Romano, ao mundo céltico e ao mundo germânico pré-medievais. Ele depende também de uma estrutura fundamental de poder: a monarquia. Esse aspecto estrutural não impede que a realeza medieval tenha sido criada e tenha evoluído em condições históricas originais e em um espaço particular- o da Cristandade latina medieval, distinguindo-se de Bizâncio. O soberano bizantino, cujo nome *basileus* significa, aliás, “rei”, e não “imperador”, como nós habitualmente o traduzimos, permaneceu durante toda a Idade Média um ponto de referência para os reis do Ocidente medieval, que em relação a ele estavam simultaneamente na imitação e na oposição.<sup>50</sup>

### 3.2- Os cavaleiros

Na época medieval, os conceitos de cavalaria e nobreza se confundiam, porém a função de um cavaleiro é proteger e ser leal ao Rei. Os cavaleiros medievais seguiam uma regra própria que era conhecida com a moral do cavaleiro. Desse modo, nem todos os cavaleiros eram nobres. Sobre a fama dos cavaleiros ocorre uma dialética entre: Santo e profano. Georges Duby no livro *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo* vai apresentar a trajetória de um cavaleiro, o Marechal Guilherme, através dessa trajetória é possível descrever a cavalaria medieval. O autor desfaz a ideia de cavaleiro santo ou profano, ele diz que: “A devoção autêntica que se descortina é confiança em Deus, serena, com um moderado recurso aos padres”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> LE GOFF, Jacques, Jean- Claude. Dicionário Temático Medieval II. Bauru: EDUSC, 2002, p. 395.

<sup>51</sup> DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1987, p. 20.

Georges Duby vai dizer que por volta do ano mil, a função da cavalaria vai aumentando o seu prestígio e importância política, com isso, tais ofícios domésticos passaram a se tornar hereditários, e com o tempo o filho que não fosse primogênito, seria clérigo ou cavaleiro. Sobre tal situação o autor descreve:

Os meninos cresciam nesse meio, integrados no bando de cavaleiros, misturados os adolescentes, na promiscuidade militar, com homens já maduros. Passavam assim a pertencer, em posição subalterna, confundidos inicialmente com os serventes, à armada sustentada por um novo patrono, o qual se incumbia de educa-los, de diverti-los, tornando-se assim seu novo pai, enquanto a figura do pai, do pai verdadeiro, do pai “natural”, rapidamente se apagava em sua memória, se, não tendo eles a primogenitura, não tinham esperanças de suceder a ele um dia.<sup>52</sup>

Quando o cavaleiro não está na batalha, ele não tem muito que fazer, nesse caso, as mulheres serviam de distração para passar o tempo. Além disso, o papel das mulheres perante um cavaleiro é estimular o guerreiro à maior bravura, isso tanto numa guerra quanto num simulacro de guerra. Quanto às mulheres bem-nascidas, a moral dos cavaleiros manda que as protegessem com toda valentia, a moral também os ordena o tratamento respeitoso com as mulheres. A presença feminina também é marcante no jogo cortês entre os cavaleiros, onde a dama, a esposa do senhor, é assediada. O objetivo do jogo é conquistar o amor da dama.

A presunção de adultério é latente nas casas nobres. Todos os cavaleiros moços (...) assediam a esposa do senhor. É o jogo, cortês. Apimenta a competição permanente que tem na corte seu lugar de escol. Rivalizam todos. Quem conquistará o amor da dama, para assim ter o do senhor? Mas há um risco, o de acabar envolvido nesse jogo, de ultrapassar os limites da convenção.<sup>53</sup>

O cavaleiro, além de ser fiel ao Rei, proteger as mulheres, ele também deve amar a sua terra natal e proteger a Igreja e os fracos, porém, de acordo com a necessidade, os cavaleiros podiam abandonar tais práticas. Existiam também os cavaleiros de ordens religiosas e

---

<sup>52</sup>Ibidem, p. 91.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 68.

cavaleiros que não pertenciam à nobreza. No período das cruzadas, foram criadas ordens militares de cavaleiros para auxiliar os alvos cristãos do movimento.

### 3.3- A Nobreza Medieval Portuguesa

José Mattoso em *A Nobreza Medieval Portuguesa no contexto peninsular* vai dizer que a nobreza portuguesa é diferente da nobreza peninsular. Já no início do período medieval, a nobreza portuguesa se constituiu como representantes do Rei Fernando Magno e tinham domínio sobre a terra. Uma relação feudal com o Rei, de modo ainda informal.

Sendo assim, tudo leva a crer que os antigos *filli bene natorum*, pelo menos aqueles que entretanto se tinham tornados ricos-homens por passarem a desempenhar as funções de governadores de terras sob a autoridade do rei de Leão, tinham estabelecido contatos diretos com este mesmo rei e passaram, por isso, a constituir um grupo regional de nobres à semelhança de outros grupos regionais da mesma categoria social em Castela, Galiza ou Leão.<sup>54</sup>

A diferença entre a nobreza portuguesa e as outras ibéricas iniciou-se quando os galegos se mudaram para terras portuguesas. A nobreza galega começou a adquirir privilégios, gerando revolta na nobreza portuguesa. Ocorreu uma batalha, a batalha de S. Mamede em 1128, onde os portugueses foram vencedores. Com a vitória, a nobreza portugalense se auto afirmou. Os nobres portugueses contrariam autonomia, fazendo oposição a uma nobreza regional.

Do ponto de vista social, a vitória dos barões portugalenses em S. Mamede foi extremamente importante, porque, além de consagrar a sua independência, significava que eles se tinham consolidado como uma nobreza regional, com uma efectiva coerência e capacidade de organização. De facto estavam unidos por estreitos laços de parentesco porque casam frequentemente entre si. Ao expulsarem o conde de Trava, que tinha vindo para reforçar a defesa da fronteira contra os Almorávidas, afirmavam ao

---

<sup>54</sup> MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa no contexto peninsular*. Revista da faculdade de Letras. Lisboa. V. 15. N. 2. 1998, p. 1023.

mesmo tempo a sua capacidade para a assegurarem sem necessidade de intervenções estranhas no plano militar.<sup>55</sup>

Nesse período, Portugal passou a receber indivíduos de outros reinos, gerando uma mudança social e política. Começaram a surgir muitos filhos segundos sem terras e cavaleiros reivindicando regalias da nobreza, criando uma divisão dentro dos nobres portugueses. Com isso, muitos nobres emigraram para outras terras ibéricas. D. Dinis quando assumiu o trono tentou recuperar terras sonegadas pela nobreza, gerando uma revolta dos nobres. José Mattoso diz que com todos esses fatos a nobreza portugalense adquiriu maturidade e que aos poucos vai se estruturando e se hierarquizando e fazendo alianças.

Os territórios dos outros reinos e as respectivas nobrezas ou poderes políticos serviam muitas vezes de campo de atuação se as oportunidades aí eram melhores, como aconteceu sobretudo com Castela por meados e na segunda metade do século XIII, para cavaleiros dispostos a arriscar a vida em campanhas militares.<sup>56</sup>

José Mattoso vai dizer que no final da idade média, a nobreza portuguesa já está bem reduzida, menos de um por cento da população, o autor também fala de uma deturpação desta ordem, onde a ascensão também era para aqueles que prestavam favores ao rei e não possuíam o “sangue” nobre, neste caso, existia uma desconsideração do sangue e o que prevalecia eram as forças de solidariedade dentro do jogo político.

E então nobreza é uma ordem-estado teoricamente aberta. Não é casta nem tem castas, apesar de todos os apelos ao sangue. O rei pode nobilitar e nobilita os que quer, “gente limpa”, por benfeitoria graciosa. E os que têm modo de estado cortesão, porque na corte moram e com os nobres acotiam, podem, por efeito de trajectória, usurpar nobreza que não possuem, dizendo-se fidalgos da casa d’ el-rei, cavaleiros ou escudeiros – que não o são apenas por não terem carta disso. E deste modo espúrio, a ordem – estado nobre, só na teoria aberta, terá sido na prática invadida. E também pelos fidalgos de benfeitoria, posto que estes de modo recto, juridicamente exacto.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 1026.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 1038.

<sup>57</sup> MATTOSO, José. História de Portugal – Segundo Volume – Monarquia feudal (1096-1480), Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 442.

### 3.4- O Infante D. Pedro e a nobreza segundo a Chronica de El-Rei D. Affonso V

As fontes narram o campo de atuação da nobreza portuguesa. A crônica escrita por Ruy de Pina aborda a relação do Infante D. Pedro com os nobres e com a Rainha Leonor, sua cunhada. A fonte diz que a própria Rainha Leonor lê o testamento do seu marido, em que dizia que ela seria regente, herdeira de tudo e tutora de seus filhos. O Infante D. Pedro entra em acordo com a Rainha Leonor para regerem Portugal juntos. Logo, a Rainha é aconselhada a reger sozinha, pois assim era a vontade de seu marido. Com isso, começam as disputas políticas entre ela e o Infante pelo reino de Portugal.

A Rainha começa a reger, mas como estava grávida sentia muitas dores foi aconselhada a tirar alguns dias de descanso, causando o descontentamento do povo, pois queriam ter seus requerimentos logo resolvidos, sendo que alguns incentivavam D. Pedro a tomar a regência sozinho, o que este se negava a fazer, ou por dissimulação ou por sinceridade, sempre escusando a fraqueza e inocência da Rainha o quanto podia.

Pelo qual alguns se atreviam já havendo por serviço de Deus e d'El- Rei e bem do reino de cometer ao Infante secretamente que tomasse o Regimento de todo; mas elle, ou por dissimulação, ou por ser assi sua vontade, a todos tirava de tal esperança; antes em taes cousas assi se fazerem, posto que melhor se podessem edevessem fazer, sempre escusava as fraquezas e inocência da Rainha com quanto podia.<sup>58</sup>

E foi em cima da fraqueza feminina da Rainha que o Infante D. Pedro baseou sua campanha política contra ela. Também existia o agravante da Rainha ser de Castela, com isso a Corte de Portugal alegava que Leonor era mulher e estrangeira, por isso não podia reger Portugal. E o Infante ganhou o apoio de seus irmãos, e na sua regência, D. Pedro, sempre consultava seus irmãos sobre decisões políticas.

Reuniram-se todos da Corte para decidirem sobre a regência de Portugal. D. Pedro precisava da concordância de todos os seus irmãos e sobrinhos para o acordo sobre sua regência ser aprovado. Convencido da necessidade, ele responde que o que os seus irmãos o aconselharem, ele então faria. E foi decidido após os mesmos serem consultados, de que o reino deveria ficar em poder de D. Pedro, e então isso lhe foi avisado pessoalmente, e

---

<sup>58</sup> PINA, Ruy de. Chronica de El-Rei D. Affonso V. Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901, cap. XIX, pp. 42 e 43.

convencido D. Pedro aceita, porém faz a ressalva de que ele e a Rainha deveriam andar juntos no reino, para que ela percebesse sua boa intenção e deixasse de agir injustamente contra ele. D. Pedro queria aliados políticos e queria ser exemplo de bom cristão, por essa razão ele quis fazer as pazes com a Rainha, esta sai de Portugal.

Segundo o cronista Ruy de Pina, o Regente D. Pedro tentou se conciliar várias vezes com Leonor, porém ela não aceitava, pois acreditava que seus irmãos iriam defendê-la. O Regente apanha o filho de Leonor, o futuro Rei D. Affonso V e passa a criá-lo. Tal situação causou tristeza para Leonor e seus irmãos entram em várias desavenças políticas com Portugal.

D. Pedro também tenta resolver a situação de seu irmão, o Infante D. Fernando, pois na regência de seu irmão, o Rei D. Duarte, durante a conquista de Tânger é aprisionado D. Fernando. Na regência de D. Pedro, ele tenta negociar a liberdade de seu irmão D. Fernando com os mouros, estes pedem Ceuta em troca de D. Fernando. O Regente concorda, porém seu irmão, D. Henrique não concorda em dar Ceuta para os “infieis”. E a libertação do Infante D. Fernando foi adiada, vindo posteriormente falecer no cativeiro.

A dinastia de Avis buscou a centralização do poder, porém não a conseguiu plenamente e o reinado de D. Pedro oscilou entre uma tentativa de centralização política e a concessão de privilégios feudais. Na verdade, os Reis de Portugal nunca conseguiram uma centralização política, estes sempre governavam com o apoio da aristocracia. Os Reis portugueses não foram considerados taumaturgos, mesmo com um discurso messiânico que contagiava a todos, pois a representação de monarcas medievais era baseada nas características de bons Reis, como um monarca escolhido por Deus.

Quando esteve regendo, D. Pedro distribuiu cargos e terras para os seus irmãos Infantes. A relação do regente com os irmãos era amistosa, com exceção de seu irmão bastardo o Conde de Barcellos que mais tarde viria a ser o Duque de Bragança. Na disputa da regência entre o Infante D. Pedro e a Rainha Leonor o Duque de Bragança apoiou a Rainha Leonor e sempre a incentivava quando esta ficava desanimada com a disputa política. D. Pedro regeu o reino de Portugal até D. Affonso V ser considerado capaz para reger.

A relação do Infante com o Rei D. Affonso V com o Infante D. Pedro não foi amistosa. O Duque de Bragança, irmão do Infante, o Conde d' Ourem, e o Arcebispo de Lisboa, assim como outros, estavam descontentes, pois a regência de Portugal estava com Infante D. Pedro. E segundo o cronista, o Duque influenciou o Rei D. Affonso V contra o Infante. O Conde d'Ourem manda uma pessoa à corte para influenciar o Rei contra o Infante. E logo, o Rei procura o Conde, onde é convencido a não mais dividir o regimento com o

Infante D. Pedro. O Infante é informado das coisas que falavam a seu respeito, e com muita tristeza e jurando fidelidade ao Rei, lhe entrega o regimento. Porém, o Infante reconheceu que esse movimento não germinava da vontade do Rei, mas dos seus inimigos.

Novas notificações do Rei ordenavam que o Infante não devesse ir à corte do monarca e nem sair de suas terras sem o consentimento de D. Affonso V. Ordenou que fossem restituídos todos os criados da Rainha Leonor que haviam sido dispensados e ordenou que os fidalgos e os cavaleiros, que tinham simpatia pelo Infante, que não o fossem vê-lo.

Não satisfeitos, os inimigos do Infante, acusam-no de se armar contra o Rei. A pedido do Rei é feita uma vistoria no castelo do Infante, mas nada é encontrado.

O Infante desgastado por esses problemas, por diversas vezes escreve ao Rei de forma respeitosa e solícita falando-lhe de sua honestidade, e de que para que se evitassem mais desconfianças e problemas lhe mandasse para servi-lo fora da corte, onde o faria com amor e lealdade, lembrando-lhe do amor com o qual lhe criara e de que ele era casado com sua filha, que ele tanto amava, e que não era seu desejo apagar, mas sim perpetuar sua vida e geração.

O Duque estava passando pelas terras do Infante. D. Pedro decide se antecipar ao invés de esperá-lo em suas terras, e avança com seus homens para a aldeia de Couto para ordenar a batalha. O Infante D. Pedro, estando a cavalo, reuniu todos os seus criados e disse sobre a perseguição que o Rei induzido pelo Duque e pelo Conde, seu filho, fazia contra ele. E usando o nome de Deus, declarou seu amor ao Rei e que este devido a sua pouca idade estava sendo influenciado pelo Duque. Afirmou que o Duque entrara em desavença com ele porque não quis lhe dar a cidade do Porto e a vila de Guimarães e que o Duque não servia ao Rei de coração. O Infante disse que tinha esperança de vencer, visto que estava sendo ajudado por muitos criados-amigos, e com os olhos cheios de lágrimas pediu perdão a Deus e a Virgem Maria.

O Duque foi para Santarém e levou muitas pessoas de sua corte, pois temia uma ação do Infante D. Pedro contra ele. O Rei D. Affonso V tomou a injúria contra o Duque como se fosse sua. D. Henrique, irmão do Infante D. Pedro, disse ao Rei que nenhum dos filhos do Rei D. João faria injúria contra ele, porém, o Infante D. Henrique ao defender seu irmão, D. Pedro não demonstrou firmeza. E não convenceu ao Rei. O Rei indignou-se contra o infante D. Pedro, visto que se lembrou do desamparo e pobreza que perdurou até a morte de sua mãe, a Rainha Leonor, além disso, havia os pedidos de suas irmãs e criados da Rainha em prol de vingança contra D. Pedro.

O Rei decretou três possíveis penas sobre os seus atos, pena de morte, cárcere ou desterro fora do reino. O Infante achou a morte mais digna. D. Pedro tinha esperança que a

Rainha, sua filha e esposa do Rei D. Affonso V e o seu irmão o infante D. Henrique intercedessem por ele, fato este que não ocorreu.

### **3.5- O Livro da Virtuosa Benfeitoria, o Infante D. Pedro e a Nobreza**

Este livro, escrito pelo próprio Infante D. Pedro, apresenta as obrigações de um rei. Nessa obra, existe uma relação entre poder e sabedoria. Segundo o livro, a bondade traz o saber, as boas obras são práticas do poder, tais atitudes precisam ser voluntárias, ou seja, o rei precisa nascer com a vontade de ajudar e não apresentar cansaço.

O rei não pode ser mesquinho, não deve guardar o seu patrimônio e sim distribuir suas terras para aqueles que precisam. Os que recebem serão sempre gratos e devedores de favores. O recebedor possui a missão de ajudar a quem o bem lhe faz.

Para exercer tal poder, o governante utiliza a justificativa teológica em que o cargo foi dado por Deus. E para aqueles que se esquecem das benfeitorias feitas pelo rei, D. Pedro em seu livro apresenta respostas bíblicas e filosóficas, como exemplo no livro de Josué, onde está escrito que aqueles que se esquecem das benfeitorias feitas por Deus, perecem.

Deste modo, o recebedor será sempre grato e devedor ao rei: “... e os recebedores verdadeiramente maginem que tal pagamento fazem por o bem que ouveram, que sempre em mais ficam devedores”.<sup>59</sup> Com isso, solidifica-se a relação entre poder e sabedoria do rei, onde ele distribui seus bens e recebe em troca favores.

O Infante na obra diz que todos devem depositar a confiança no príncipe e que este é maior que seus irmãos: “E notemos que toda pessoa que em fazer dereito tem o cuydado leixará as affeyçoões, nom poendo sperança senom em Deus e no temporal princepe, cujo encarrego lhe he cometido”.<sup>60</sup>

E:

E, em falando desta ygualza, non se entende o stado dos reys nem outro semelhante, em o qual o filho mayor he dos outros senhor. E, por ele ser primeyro e mais principal, tem mayoria sobre seus irmaãos, que devem entender que son a ele specialmente obrigados, nom como a seu yqual, mas

---

<sup>59</sup> Infante D. Pedro e Frei João Verba. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, 1998, p. 11.

<sup>60</sup> Ibidem. Livro Quatro, cap. V.

segundo que o mais compridamente podem seer a seu senhor, com o qual som possydores de hua natureza.<sup>61</sup>

### **3.6- A relação do Infante D Pedro com os cavaleiros segundo a crônica de Ruy de Pina, o livro da virtuosa benfeitoria e a crônica da tomada de Ceuta**

A crônica de El-Rei D. Affonso V deixa claro que o Infante D. Pedro não era cavaleiro, por essa razão, ele tinha o desejo que seu filho se tornasse um cavaleiro. E este se tornou um condestável. Ruy de Pina narra que o filho do Infante era muito formoso. Em suas viagens, D. Pedro estava sempre acompanhado de bons cavaleiros e escudeiros, onde obtinha vitórias. A sua derrota foi não ter obtido o apoio e a defesa de seu filho cavaleiro no momento em que o Rei D. Affonso V falou sobre sua sentença. Sobre a peleja do Infante com o Rei, o cronista narra um grande número de cavaleiros de ambos os lados, segundo Ruy de Pina “(...) foi a mór somma de gente d’armas que até então n’esto reino se ajuntou”.<sup>62</sup>

Estes dias com totalas torvações e necessidades do tempo, o Condestabre filho do Infante D. Pedro nunca lhe acodiou, e não seria assi sem seu mandado, antes sempre esteve na comarca d’entre Tejo e Odiana, onde tinha o Mestrado d’Avis com suas fortalezas, e mais os castelos das villas d’Elvas e de Marvão, contra o qual fizeram também a El-Rei suspeita, e que se devia segurar d’elle.<sup>63</sup>

*A Crônica da Tomada de Ceuta por Dom João I* de Eannes Gomes Zurara narra o contexto da guerra idealizada por D. João I. Participaram desta guerra, os Infantes, filhos de D. João I de Portugal: O Infante D. Duarte, herdeiro do trono português, o Infante D. Henrique e o Infante D. Pedro, onde foi armado cavaleiro, todavia, ele não era um cavaleiro segundo as convenções, na sua volta e recebe o título de Duque de Coimbra. A situação política aflorada na corte e a experiência da guerra de Ceuta serviram de treinamento intensivo para o Infante D. Pedro, tomando parte nas situações políticas, religiosas e econômicas de Portugal. As expectativas sobre a tomada de Ceuta não foram bem sucedidas, estendendo até o reinado de D. Duarte, irmão do Infante D. Pedro.

---

<sup>61</sup> Ibidem. Livro Segundo, cap. XVII.

<sup>62</sup> PINA, Ruy de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901, vol. II, cap. CXIX, p. 97.

<sup>63</sup> Ibidem, vol. II, cap. CVIII, p. 70.

O Rei D. João I de Portugal, pai do Infante D. Pedro, resolveu tomar Ceuta. O benefício para Portugal da conquista de Ceuta advinha da possibilidade de consolidar uma posição de destaque perante os outros países da Europa. O Rei justificava a invasão através do expansionismo da fé católica sobre os infiéis.

O Livro da Virtuosa Benfeitoria vai falar das funções de um cavaleiro, de um rei, um príncipe e dos nobres de um modo geral. O cavaleiro deve ser fiel ao seu Senhor, e este deve dar-lhe ocupação.

E, sse o mesteyroso cavaleyro ou scudeiro poder achar senhor que em tal tempo o aja mester, de boa voõtade lhe offerecerá o serviço por nom seer doestado de covardice ou de preguiça dos que tal aazo souberem parte, veendo-lhe perder a vergonça em demandar, sem merecer, o que per seu officio e com sua honra poderá cobrar.<sup>64</sup>

### **3.7- Análise da nobreza portuguesa através da perspectiva global do Infante**

Ao reconstituir a nobreza portuguesa através da relação do Infante D. Pedro, observa-se uma diferença em Portugal, pois segundo Nobert Elias no livro *A Sociedade de Corte*, o Rei medieval era o mentor da engrenagem social dentro da Corte. Com a Rainha Leonor e sua disputa com o Infante pela regência de Portugal foi diferente. A nobreza ficou dividida entre a Rainha e o Infante. Nesse caso, a Rainha não tinha o absoluto poder da engrenagem social da corte, pois era mulher e estrangeira. Na sociedade medieval a atuação feminina não era valorizada, porém é possível afirmar que a Rainha foi protagonista de uma acirrada disputa pelo trono de Portugal, todavia, Ruy de Pina diz em sua crônica que todas as atitudes da Rainha eram influenciadas, ela não possuía iniciativa.

O Infante D. Pedro quando se tornou regente também não conseguiu a centralização do poder, pois a aristocracia portuguesa era muito atuante na política. Isso mostra uma especificidade em Portugal, em relação ao poder absoluto do Rei. Em Portugal, também não existiram reis taumaturgos. As fontes apresentam que os laboratores também influenciavam nas atitudes do monarca. É interessante observar no Livro da Virtuosa Benfeitoria, escrito pelo Infante, uma gratidão dos recebedores de favores do Rei. A obra mostra a gratidão dos recebedores estabelecendo a concórdia das ordens, porém, na prática existiam conflitos,

---

<sup>64</sup> Infante D. Pedro e Frei João Verba. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, 1998. Livro Três, cap. VII.

desacordos dentro das ordens em relação às decisões do Rei. Na verdade, o livro manifesta o desejo do Infante. Um modelo de obediência ao rei, representante de Deus na terra.

No jogo político em Portugal, os laços de rivalidade entre os nobres eram constantes, até mesmo com membros de uma mesma família, como o caso do infante com seu irmão bastardo. O próprio filho do Infante que era cavaleiro não ficou ao lado de seu pai, na questão política com o Rei D. Affonso V, seu sobrinho. A sua própria filha, esposa do Rei, não intercedeu pelo pai, quando D. Affonso V decretou a sentença do Infante. As relações de poder, a obtenção de prestígio, status e favores eram mais importantes que os laços de sangue dentro da nobreza.

A relação do Infante com seus irmãos legítimos era amigável, pois existia muita troca de favores, obtenção de cargos e prestígios. O único que não foi favorecido, D. Fernando, pois estava aprisionado pelos mouros e em troca queriam Ceuta. O Infante, aconselhado por seu irmão D. Henrique não dá Ceuta para os mouros e D. Fernando morre aprisionado. A posse de terras que gerava riqueza também era mais importante que os laços de sangue.

A nobreza sempre lutava para conquistar novas terras, obtendo riquezas e conversão de estrangeiros para o cristianismo ortodoxo. Foi assim que o infante adquiriu destreza de cavaleiro, mesmo não sendo um, na tomada de Ceuta.

Como mostrado no capítulo II, o Infante ao escrever o Livro da Virtuosa Benfeitoria acreditava numa concórdia entre as ordens, com obediência ao Rei, essa era mentalidade de D. Pedro. Em muitos países da Europa, tal mentalidade existia, porém não existiu em Portugal. As relações de poder e jogos de interesse eram mais válidos que a concórdia.

Os nobres faziam alianças para a obtenção de privilégios. Não só entre os nobres, mas também entre nobres e clérigos, e por último, quando conveniente, entre nobres e terceiro estado. De um modo geral, na sociedade medieval portuguesa, as alianças favoreciam mais aos nobres do que as outras ordens. Por essa razão, os nobres governavam Portugal junto com o Rei. A nobreza tem um grande papel de destaque dentro da sociedade portuguesa.

## CAPÍTULO IV

### 4- Laboratores

A última ordem medieval refere-se aos que trabalham, no princípio, fazia alusão ao camponês, na verdade era a camada superior do campesinato. Depois esse grupo começou a ficar bastante heterogêneo, porém mantinham algo em comum, eram os únicos contribuintes das três ordens. Essa diferença nos *laboratores* também ocorre no campo e na cidade, onde uns tinham mais regalias que os outros, por isso, não existia uma consciência coletiva nesta ordem. Também existiam homens livres e não livres. É importante ressaltar que as fontes não relatam muito sobre o terceiro estado.

(...), a terceira função é um “resto” apto a acolher grupos tão distintos como agricultores da Alta Idade Média e, a partir dos séculos XI e XII, os diferentes componentes das classes urbanas. Esse “resto”, constituído de burgueses, mercadores e múltiplos grupos e subgrupos nascidos do desenvolvimento das cidades, é um lugar de indeterminações socialmente fecundas. Confrarias, guildas e corporações, onde se tecem relações horizontais, são assim extraordinários laboratórios de ideias comunitárias que vêm com frequência perturbar as hierarquias ideais elaboradas pelos clérigos.<sup>65</sup>

Perante o clero e a nobreza, o terceiro estado possuía o defeito mecânico, o estigma do trabalho. A ideologia que envolvia o trabalho manual na idade média era bem diferente do da sociedade burguesa. Apesar disso, existia uma concórdia entre as ordens, a justificativa é que “O trabalho da terra, porque o homem, em contacto permanente com a natureza e o seu Criador, adquire as virtudes de firmeza, de paciência e de perseverança no esforço que o conduzem”<sup>66</sup>. Existia a questão do dom e contra dom, uma relação de troca de favores entre as ordens que estabelecia o equilíbrio e que “supostamente” evitava as revoltas da ordem menos favorecida. Para entender essa ordem, é preciso compreender a ideia de trabalho na mentalidade medieval.

---

<sup>65</sup> LE GOFF, Jacques, Jean- Claude. Dicionário Temático Medieval II. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 313 e 314.

<sup>66</sup> DUBY, Georges. As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo. Lisboa: Estampa, 1982, p. 16.

A sociedade cristã medieval herdou duas tradições opostas sobre o valor do trabalho: uma o valoriza, outra o deprecia. Esta dupla e contraditória tradição encontra-se tanto na herança greco-romana quanto na bíblica, mas esta última teve, evidentemente, maior importância na Idade Média. Um primeiro conjunto de textos bíblicos concernentes ao trabalho encontra-se já no livro inicial do Antigo Testamento, o *Gênesis*. No próprio momento da Criação, Deus parece ter executado uma espécie de trabalho, uma vez que repousou de sua obra no sétimo dia (*Gênesis* 2, 2-3). Por outro lado, Deus havia previsto para o próprio homem, antes da Queda, a execução de um tipo de trabalho no Paraíso, onde estava destinado a viver (*Gênesis* 2, 15-16). Depois da Queda, o trabalho é apresentado pelo *Gênesis* como punição ao Pecado Original, tanto para Adão, sob a forma do trabalho da terra com o suor do seu rosto, quanto para Eva, no trabalho de parto. O conjunto destes textos poderia aparentemente fornecer as bases de uma teologia do trabalho, mas, como observou o padre Chenu, tal teologia não foi elaborada na Idade Média.<sup>67</sup>

De um modo geral, o trabalho era considerado de forma negativa na Idade Média, o equilíbrio se dava quando dentro do sistema gerava, de certo modo, uma reciprocidade entre as ordens. Quando membros dessa terceira ordem começaram a obter uma consciência coletiva, caracterizou o fim da Idade Média.

#### **4.1- O Terceiro Estado Medieval Português**

O trabalho do servo garante a sobrevivência do camponês e a ociosidade do senhor feudal, seja ele leigo ou clerical, a quem o homem rural “servia”.<sup>68</sup> Todo o trabalho do camponês na terra tinha como prioridade os interesses dos senhores. Mesmo o trabalho na terra sendo acatado pela sociedade, pois era justificado perante Deus, era necessário o descanso dominical, atendendo a norma religiosa de preservar o sétimo dia semanal, como também a proibição do trabalho noturno. A noite era vista como um fato diabólico e ruim.

Essa relação constante entre o material e o espiritual faz parte do cotidiano do camponês português, sempre a serviço dos interesses dos senhores. Os camponeses também eram solidários uns com os outros, principalmente no período de má produção da terra. “São

---

<sup>67</sup> LE GOFF, Jacques, Jean- Claude. Dicionário Temático Medieval II. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 566 e 567.

<sup>68</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira - A Sociedade Medieval Portuguesa - Aspectos de Vida Quotidiana, 4ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981, p. 131.

criadas oligarquias, nas quais a associação se torna essencial para a exploração de moinhos, azenhas, lagares, onde produtos e sementes são guardados na tentativa de garantir a subsistência”.<sup>69</sup>

Viver na terra era difícil, pois o camponês precisava tirar dela tudo que necessitava e, muitas vezes, esta lhe era inimiga. As ferramentas de trabalho eram rudimentares, o solo não era devidamente tratado e o saldo não era suficiente, colaborando para que continuasse a sua condição de pobreza e subordinação, pois os impostos eram também altos.

Existiam também os mercadores, não se sabe direito quando apareceram, pois a relação de compra e venda acompanha o homem desde a antiguidade. Em Portugal, também existiam os trabalhadores da cidade, com eles, surgiram as corporações de ofício. Sobre a questão da terceira ordem da cidade, é importante destacar a implantação das feiras, onde atuavam os mercadores. Na figura dos mercadores, surge a ideologia moderna. “O tempo se quebra e o tempo dos mercadores se liberta do tempo bíblico que a Igreja não sabe manter na sua ambivalência fundamental”<sup>70</sup>. Existe uma dicotomia na situação do mercador, ao mesmo tempo em que a Igreja proibia o lucro, a riqueza e a usura, ela também protegia os mercadores. “Os manuais de confessores citam os mercadores entre as pessoas que podem ser dispensadas do jejum ou da observância do repouso dominical, quer por os seus negócios não poderem sofrer atrasos”.<sup>71</sup> José Mattoso em seu livro *História de Portugal* vai falar do terceiro Estado português no final da Idade Média.

De todos os grupos sociais de Portugal nos séculos XIV e XV, o dos povos foi o mais heterogêneo. É extremamente difícil estabelecer-lhe os contornos e limites. Invadiu franjas dos clérigos através dos tonsurados e minoristas casados – que vimos serem disputados pelo poder civil e pelo poder eclesiástico – e invadiu escaninhos da nobreza mediante os vassalos d’el-rei e a fidalguia de usurpação, para não falarmos já dos escudeiros e cavaleiros burgueses, títulos destituídos de conotação militar, além dos amos e colaços de fidalgos, parentela extralinhagística cumulada de distinção e privilégios. Os povos desafiam a nossa inteligência como uma nebulosa. Até porque, tomando-os como ocupantes do espaço nacional correlativos dos

---

<sup>69</sup> MATTOSO, José. Identificação de um País - Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325), vol. II, 2ª edição, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 311.

<sup>70</sup> LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média - Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 69.

<sup>71</sup> LE GOFF, Jacques. Mercadores e Banqueiros na Idade Média. Lisboa: Gradiva, s/d. p. 59.

eclesiásticos e dos nobres, há que meter no seu seio os judeus, os mouros, os estrangeiros e os escravos. É muita gente e extremamente vária – mais de 98 % da população integral. Como ordená-la?<sup>72</sup> .

O terceiro Estado sempre foi conhecido pelo estigma do trabalho, a palavra significava um castigo ao homem que comeu a maçã, porém no século XV, ocorreram algumas significativas transformações do significado do trabalho, como: A transferência de trabalhadores para a cidade e o trabalho em busca do lucro. O povo passa a reivindicar o trabalho, pois gera riqueza. E foi com a busca pelo lucro que as três ordens medievais começaram a perder a sua importância no final da idade média.

De um modo geral, as fontes não relatam muito sobre o terceiro Estado, principalmente os camponeses, os homens presos a terra e escravos, pois as fontes falam mais dos atos da nobreza e do clero. Ainda existe uma grande lacuna, ao falar da terceira ordem medieval.

#### **4.2- O Terceiro Estado e o Infante na Crônica de Ruy de Pina e na Virtuosa Benfeitoria**

No início da crônica, o autor deixa claro que o povo está contra a Rainha por tomar as decisões sozinhas e não consultar o Infante D. Pedro. A atitude de Leonor causou indignação do povo português, apesar disso, o Terceiro Estado devia obediência à Rainha.

Os que fizeram este insulto e alvoroço em desacatamento da Rainha, eram quase todos do povo com alguns principaes da cidade, e com temor que tinham de a Rainha com rigor de justiça os mandar castigar como porventura mereciam, procuravam e ordenavam assi em secreto, como já em público, que o Regimento lhe fosse de todo tirado, sobre o qual tinham suas práticas, que enviavam logo ao Infante D. Pedro, dando-lhe muitas razões e esforço para só tomar o carregio de regeer.<sup>73</sup>

Outra questão em favor do Infante foi a revolta do povo contra o Frei Vasco. O Frei por ser fiel a Rainha Leonor expressou a sua indignação, chamando o povo de ingrato e desleal no seu sermão no mosteiro. A atitude do Frei causou o descontentamento do povo e estes quiseram queimá-lo, mas o Frei se salvou secretamente. A crônica narra que a fúria do

<sup>72</sup> Mattoso, José. 1987. p. 465.

<sup>73</sup> Pina, Ruy de. 1901, vol. I, cap. XXIV, p. 50.

povo com a Rainha não amansava. A situação foi aumentando e os oficiais de Lisboa e o povo assinaram um acordo onde D. Pedro fosse o único regente de Portugal, essa situação causou muita alegria para o Infante, o Rei escutando ao povo consentiu que D. Pedro regesse sozinho Portugal. Com o tempo, o povo virou-se contra o Infante a favor do Rei D. Affonso V devido à informação de João Rodrigues.

(...) afirmou que o Infante publicamente dizia “que não era vassalo d’El-Rei de Portugal, mas súbdito e servidor d’El-Rei de Castella, e que assi como poderá desterrar d’estes reinos a rainha D. Lianor, que outro tanto saberia fazer aos filhos”. Com outras enormes palavras mui contrarias ás que o Infante com ele falou, com o teor das quaes se fizeram logo autos, e tomaram públicos estromentos, que para mais indinarem o povo contra o Infante, (...).<sup>74</sup>

O livro da Virtuosa Benfeitoria apresenta a relação do governante com o seu povo e a função de ambos. Os laços que ligam um rei ao povo são os de agradecimentos aos favores obtidos estabelecendo o equilíbrio na sociedade, até mesmo na pobreza, todos são gratos. “E o que vive em pobreza há mester beneficios necessários ou proveyτος”.<sup>75</sup> “Porem cada huu requeyra a seu senhor aquello com que entender de o melhor servir, que esto he honra e louvor de quem dá, e gracioso proveyto a quem o recebe”.<sup>76</sup>

### **4.3 -Análise do Terceiro Estado através do Infante**

A primeira pergunta a ser feita é: O povo tinha participação política importante? Analisando a constituição do Terceiro Estado, nota-se que existiam dentro de uma mesma ordem diferentes segmentos sociais como camponeses, escravos, mercadores, profissionais de corporações e os burgueses que estavam em ascensão à época da Dinastia de Avis. O que acontece que dentro da terceira ordem existiam diferentes funções e graus de hierarquia, com isso, aquele que tinha uma posição de mais destaque se sobressaía sobre os demais. Nesse contexto, é possível afirmar uma participação política na terceira ordem, onde aqueles que estavam no topo da hierarquia tomavam decisões representando todo o povo.

<sup>74</sup> Pina, Ruy de. 1901, vol. II, cap. XCIX p. 53.

<sup>75</sup> Infante D. Pedro e Frei João Verba. Virtuosa Benfeitoria. 1998. Livro II cap. XXIX.

<sup>76</sup> Ibidem. Livro Três. Cap. VII.

O Terceiro Estado apoiava a regência do Infante D. Pedro, era também contra as atitudes da Rainha Leonor. Na crônica nota-se uma verdadeira devoção a D. Pedro. Essa atitude está relacionada com a sacralidade do Infante e a justificativa divina, nesse caso, a rainha tinha um impedimento natural devido a sua condição feminina.

Essa situação está relacionada à troca de favores como a Virtuosa benfeitoria aborda, o povo é leal ao Infante devido à obtenção de benefícios, no caso da Rainha também existe a fidelidade, porém no caso de escolha a questão masculina prevalece. Em muitos momentos na crônica, o Infante obteve o apoio do povo, essa situação só mudou quando o verdadeiro herdeiro do trono, D. Affonso V, entrou na história. Com essa situação, ocorreu uma transferência de autoridade onde a terceira ordem depositou uma nova confiança, agora, Affonso V era o que cedia favores para a manutenção da engrenagem da sociedade tripartida. O Infante perde o apoio do povo, assim como parte dos clérigos e dos nobres, com isso, a sua queda era só uma questão de tempo.

## CONCLUSÃO

Para compreender o Infante na História foi preciso situá-lo em horizontes mais amplos como a construção do Clero, Nobreza e Terceiro Estado na Europa medieval e mais especificamente, a formação dessas três ordens em Portugal, pois antes do nascimento do Infante, traços fundamentais da estrutura tripartida estavam inseridas e enraizadas na Europa.

A intenção foi aproximar o leitor do Infante. Um regente que por mais que buscasse uma centralização do poder, não conseguiu. Um indivíduo que possuía rivais e amigos, um ser humano. Um personagem com intensos fundamentos religiosos e disposto a utilizar os preceitos cristãos em seus argumentos. O Infante se beneficiou de sua posição nobre para a obtenção de alianças e se apoiou no prestígio de ser filho do Mestre de Avis.

O Infante soube tirar partido das três ordens medievais portuguesas. A primeira é o Clero: o fato de ser um homem religioso e guerrear em nome de Deus, a perda de afirmação do Clero para a nobreza, acabou submetendo aos clérigos uma união com os nobres, onde o Infante soube aproveitar até assumir a regência, os laços de rivalidades de alguns clérigos não foram o suficiente para impedir a sua regência em Portugal.

A segunda é a Nobreza: ele fez poderosas alianças através de trocas de favores. Dentro do jogo da engrenagem social<sup>77</sup>, ele só não conseguiu a centralização régia, não obteve inovação, deu continuidade à parceria da Nobreza com o Rei, algo que já fazia parte da estrutura da sociedade portuguesa, nobres governavam juntos com o Rei.

A terceira ordem é o Terceiro Estado: com os *laboratores*, ele utilizou a ideologia dos “recebedores e devedores”, tentou estabelecer a concórdia através da gratidão do devedor e a justificativa religiosa, porém, na prática sobrevieram contestações.

No sentido de ruptura, o Infante D. Pedro foi um dos atores principais na construção da memória da chamada Revolução de Avis. A dinastia de Avis proporcionou avanços tecnológicos, literários e a quebra de monopólio cultural dos clérigos em Portugal. Na continuidade, o Infante foi reproduzidor da sacralidade portuguesa, como visto no Livro da Virtuosa Benfeitoria, agindo como um homem de seu tempo.

O Infante não foi um homem ideal, as fontes demonstram as contendas e as oposições. Mas é verdade que ele representou a sociedade portuguesa na dinastia de Avis, como a ascensão da nobreza sobre o clero e a manipulação do terceiro estado através do sagrado e da troca de favores.

---

<sup>77</sup> Nobert, Elias. A Sociedade de Corte. 1990.

Antes de tornar-se regente, lutou como um cavaleiro por Ceuta, mesmo não sendo um cavaleiro por nomeação, cumprindo o papel de grandes homens na História e a situação de herói, a conquista de novos territórios era o papel da nobreza. O Infante cumpriu a missão, talvez por amor e dedicação a seu pai, D. João I, o mestre de Avis, ou por amor a terra ou por amor e devoção a Deus, ou por todos esses motivos.

Quando se tornou regente, aproveitou-se da fraqueza feminina da Rainha Leonor e assumiu a regência sozinho. D. Pedro se beneficiou de sua posição na nobreza e de sua condição masculina, visto que a mulher na sociedade medieval não possuía um papel de destaque e, no caso da Rainha, ainda tinha o agravante desta ser estrangeira.

A crise na vida do Infante começou quando o Rei D. Affonso V, influenciado pelo Duque de Bragança, irmão bastardo de D. Pedro, resolveu destituí-lo da regência, pois D. Affonso V já se achava apto a reinar sozinho. A última chance do Infante para se estabelecer como grande homem era tentar convencer o Rei, a não lhe aplicar as três possíveis sentenças. Mas isso não foi possível e o Infante/Regente preferiu morrer como um herói. Como era digno de um nobre temente a Deus naquela sociedade.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

Infante D. Pedro e Frei João Verba. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, 1998.

PINA, Ruy de. Chronica de El-Rei D. Affonso V. Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica da Tomada de Ceuta. HALP, n. 08, Séc. XV, setembro, 1998.

### Bibliografia:

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

BLOCH, Marc. Introdução à história, 5ª ed., Lisboa, Coleção Saber, Pub. Europa-América, s/d.

\_\_\_\_\_. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DUBY, Georges. As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo. Lisboa: Estampa, 1982.

\_\_\_\_\_. Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

Enciclopédia Mirador Internacional, Volume 6. São Paulo – Rio de Janeiro – Brasil: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1982.

ELIAS, Nobert. A Sociedade de Corte. Lisboa: Estampa, 1990.

FRANCO JUNIOR, Hilário. A Idade Média, nascimento do ocidente. 2ª ed. rev. e ampl. -São Paulo: Brasiliense, 2001.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 2005.

FOURQUIN, Guy. Senhorio e Feudalidade na Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1987.

GALLI, Sidinei. A Cruz, a Espada e a Sociedade Medieval Portuguesa. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997.

LE GOFF, Jacques. História e memória- 5.o. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

- \_\_\_\_\_. Mercadores e Banqueiros na Idade Média. Lisboa: Gradiva, s/d.
- \_\_\_\_\_. Para um novo conceito de Idade Média - Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- \_\_\_\_\_. São Luís – Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LE GOFF, Jacques, Jean- Claude. Dicionário Temático Medieval II. Bauru: EDUSC, 2002.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - A Sociedade Medieval Portuguesa - Aspectos de Vida Quotidiana, 4ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981.
- MATTOS, Ilmar R. de. A dinastia de Avis. In: MATTOS, Ilmar R. de História do Brasil Colônia. Sl, sd.
- MATTOSO, José. A Nobreza Medieval Portuguesa no contexto peninsular. Revista da faculdade de Letras. Lisboa. V. 15. N. 2. 1998.
- \_\_\_\_\_. História de Portugal – Segundo Volume – Monarquia feudal (1096-1480), Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- \_\_\_\_\_. Identificação de um País - Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325), vol. II, 2ª edição, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- RAPP, Francis. La Iglesia y la vida religiosa en Occidente – a fines de la Edad Media. Barcelona: Editorial Labor, S.A. 1973.